

outro lado indica uma situação que reflete o aumento da pauperização<sup>50</sup>, à medida que a renda familiar gerada apenas pelo chefe de família torna-se cada vez mais insuficiente para atender as necessidades básicas, obrigando outros membros da família - mulheres e mais jovens - a se engajarem no mercado de trabalho.

Na Tabela 18 é realizado um teste estatístico que pretende avaliar se existem diferenças nas proporções de inserção de mulheres e homens nos setores formal e informal.

**Tabela 18 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme o Gênero - Feira de Santana - 1995**

Gênero	Formal		Informal		Total
	Frequência Observada	Frequência Esperada	Frequência Observada	Frequência Esperada	
Mulheres	87,0	99,1	183,0	170,9	270,0
Homens	156,0	143,9	236,0	248,1	392,0
Total	243,0	243,0	419,0	419,0	662,0

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

H<sub>0</sub>: a proporção de mulheres no setor formal é a mesma que a de mulheres no setor informal que é igual a proporção de mulheres no total de trabalhadores, o mesmo se verificando entre os homens.

$$gl = (2 - 1)(2 - 1) = 1$$

$$\chi^2 = 3,3$$

$$\chi^2 \text{ crítico } (gl = 1, \alpha = 5\%) = 3,8$$

A decomposição por gênero das relações de trabalho, mostra que as mulheres representam 40,8% dos trabalhadores, sendo: 36,1% entre o total de formais e 43,4% entre o total de informais. A maior incidência das mulheres se dá no setor de serviços domésticos (23,7%), e estas atividades em sua natureza são predominantemente informais.

As proporções de mulheres entre o total de formais e total de informais, não diferem significativamente ao nível de 5%. Ou seja, as evidências amostrais indicam que não existe diferença significativa entre a proporção de mulheres formais e aquela inserida no setor informal.

<sup>50</sup> Segundo Casimiro (1994), pauperização é um conjunto de elementos que caminha na direção de indicar piores condições de vida e até mesmo de formas, sob os quais, a população procura, com certeza em vão, fugir à maior pobreza.

### 5.2.2.2 Cor

Nesta pesquisa, assim como em outras (PED, PNAD, CENSO), faz-se um levantamento especial considerando a variável cor, na qual os entrevistados são autoclassificados de acordo com sua opinião própria.<sup>51</sup> Isto, às vezes, traduz-se em enormes dificuldades, seja de caráter ideológico ou operacional, pois a pesquisa prende-se à característica física mais visível das pessoas e dificilmente consegue-se evitar que esses dados sejam escamoteados de acordo com o interesse dos informantes, ou de como eles se vêem ou pretendem ser vistos pela sociedade. No entanto, analisar-se-á no decorrer do texto a cor atribuída pelo entrevistador, dado o seu melhor nível de conveniência e exatidão.

Nesta pesquisa foi proposta a seguinte classificação da cor dos indivíduos: branca, parda, amarela e preta. No entanto, não foi verificado nenhum indivíduo da cor amarela, daí a ausência desta nos dados analisados. Segundo Lopes (1994), os indivíduos de cor amarela na Bahia “representam apenas 0,17% do total, não tendo maior significado na composição da estrutura da população baiana”.

**Tabela 19 - Distribuição da PIA por Cor conforme o Gênero - Feira de Santana - 1995**

Gênero	Branca	Parda	Preta	Total
Mulher	33,1%	51,0%	15,9%	100,0%
Homem	29,3%	53,8%	16,9%	100,0%
Total	31,3%	52,4%	16,3%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Em termos da composição da PIA feirense, a Tabela 19 indica que a maioria é formada por pardos (52,4%), sendo o restante dos indivíduos distribuídos entre brancos (31,3%) e pretos (16,3%). No conjunto, a PIA parda e preta (68,7%) torna a população branca pouco expressiva. Observa-se que a distribuição de homens e mulheres conforme a cor é mais ou menos proporcional para ambos os gêneros.

<sup>51</sup>A grande maioria dos entrevistados se autoclassifica como morenos, seja este branco, pardo ou preto.

**Tabela 20 - Distribuição da PEA conforme a Cor - Feira de Santana - 1995**

PEA	Branca	Parda	Preta	Total
Ocupados	33,0%	52,6%	14,4%	100,0%
	82,1%	77,0%	75,6%	78,4%
Desempregados	26,2%	57,0%	16,9%	100,0%
	17,9%	23,0%	24,4%	21,6%
Total % de linha	31,5%	53,6%	14,9%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Na distribuição da PEA, conforme a cor, observa-se que a maior taxa de desemprego está entre os pretos, a taxa que é de 24,4%, é também superior a taxa de desemprego do mercado de trabalho. Na Tabela 20, nota-se que a grande maioria da PEA é formada de pardos (53,6%), seguidos por brancos (31,5), enquanto que apenas 14,9% são pretos. Observa-se que há diferenças nas proporções de pessoas brancas de acordo com a forma que está inserido no mercado de trabalho.

**Tabela 21 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Cor - Feira de Santana - 1995**

Natureza da Ocupação	Branca	Parda	Preta	Total
Formais	35,3%	55,0%	9,7%	100,0%
	39,4%	37,4%	23,2%	36,0%
Informais	30,4%	51,7%	17,9%	100,0%
	60,6%	62,6%	76,8%	64,0%
Total % de linha	32,2%	52,9%	15,0%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

No setor informal o percentual de pretos é superior àquele verificado no setor formal, enquanto que, no setor informal tem-se 17,9% de pretos no setor formal há somente 9,7%. De uma outra maneira, verifica-se que 23,2% dos pretos estão no setor formal e que a grande maioria (76,8%) encontra-se no setor informal do mercado de trabalho no MFS. Por outro lado, verifica-se que no setor formal a proporção de brancos e pardos é maior do que no setor informal.

**Tabela 22 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Cor - Feira de Santana - 1995**

Cor	Formais		Informais		Total
	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência	
	Observada	Esperada	Observada	Esperada	
Branca	86,0	76,6	127,0	136,4	213,0
Parda	134,0	125,8	216,0	224,2	350,0
Preta	23,0	35,6	76,0	63,4	99,0
Total	243,0	238,0	419,0	424,0	662,0

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Ho: A proporção de trabalhadores brancos inseridos no setor formal é a mesma de trabalhadores brancos inseridos no setor informal, assim como, é a mesma para todos os trabalhadores, o mesmo se verificando entre pardos e pretos.

$$gl = (3 - 1)(2 - 1) = 2$$

$$\chi^2 = 8,4$$

$$\chi^2 \text{ crítico } (gl = 2, \alpha = 5\%) = 6,0$$

O resultado do teste qui-quadrado mostra que é, realmente, significativa a entrada de pretos no setor informal. Isto significa dizer que quanto a cor dos trabalhadores, os empregadores preferem admitir pessoas de cor branca e parda do que pessoas pretas.

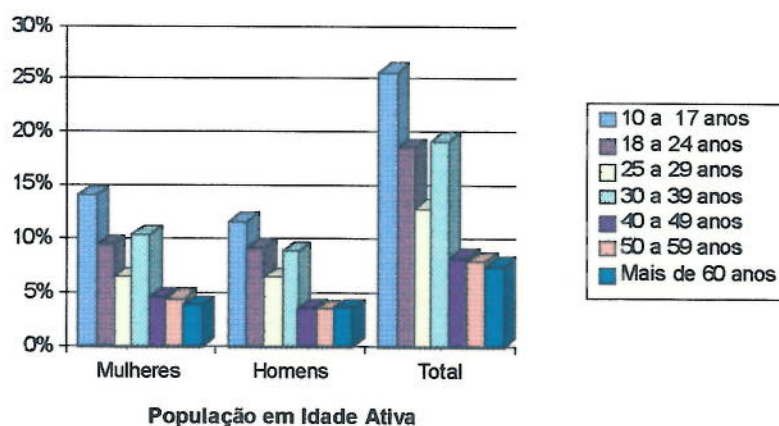
### 5.2.2.3 Idade

Desagregando-se a PIA por faixas etárias evidencia-se uma população bastante jovem no município de Feira de Santana. Em 1991<sup>52</sup>, 17% da PIA tinha entre 10 e 14 anos, 30% entre 15 e 24 anos, 39% entre 25 e 49 anos e 14% acima dos 50 anos de idade. Segundo os dados da pesquisa, em 1995, esses números foram 25,7%, 18,6%, 40,3% e 15,5%, respectivamente.<sup>53</sup>

<sup>52</sup>Observa-se que a utilidade da comparação é para somente validar a amostra, o que será evidenciado pelo próximo teste estatístico.

<sup>53</sup>Dados são apresentados no Capítulo 3 (ver Figura 1)

**Figura 4 - Distribuição da PIA por Faixa Etária conforme o Gênero - Feira de Santana - 1995**



Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Na estrutura por gênero e idade da PIA, representada pela observa-se uma distribuição similar para homens e mulheres nas faixas etárias, como também, a existência de uma forte natalidade com tendência ao declínio e de uma razoável mortalidade para ambos gêneros. A PIA de homens e mulheres começa a estreitar-se a partir dos 40 anos, esse estreitamento é mais significativo para os homens do que para as mulheres.

Observe que a distribuição da PIA feirense conforme as faixas etárias é bastante similar a distribuição da PIA da Bahia (Ver Figura 2), com uma alta natalidade e uma baixa mortalidade em relação a períodos anteriores.

**Tabela 23 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição da PIA por Faixa Etária conforme o Gênero para Feira de Santana - 1991/1995**

Faixas Etárias	Homens		Mulheres		Total
	Frequência Observada	Frequência Esperada	Frequência Observada	Frequência Esperada	
10 a 14 anos	145,0	106,8	177,0	109,7	216,5
15 a 19 anos	29,0	91,8	38,0	103,0	194,8
20 a 24 anos	86,0	78,6	80,0	91,0	169,5
25 a 29 anos	81,0	66,5	81,0	77,7	144,2
30 a 39 anos	111,0	99,3	130,0	113,5	212,9
40 a 49 anos	45,0	64,5	58,0	74,2	138,7
50 a 59 anos	44,0	39,8	56,0	46,6	86,4
Mais de 60 anos	46,0	39,7	48,0	52,2	92,0
Total	587,0	587,0	668,0	668,0	1255,0

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Nota: A frequência esperada foi encontrada através da proporção PIA de 1991 pela PIA observada em 1995.

Ho: A proporção da PIA de Feira de Santana de 1991 é igual a proporção da PIA verificada para 1995, através da pesquisa.

$$gl = (8 - 1)(2 - 1) = 7$$

$$\chi^2 = 161,0$$

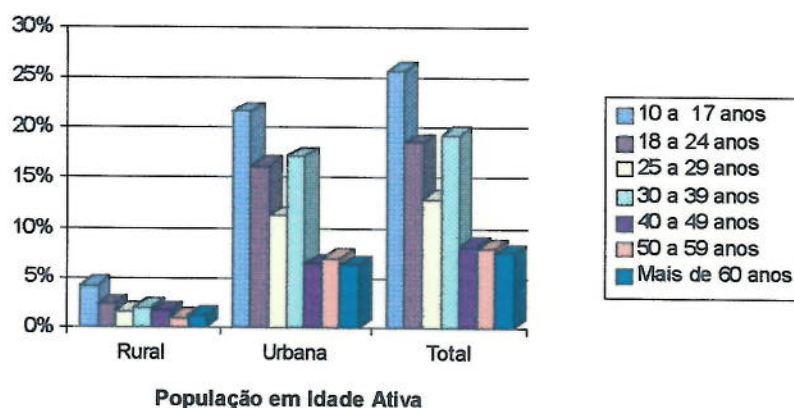
$$\chi^2 \text{ crítico } (gl = 7, \alpha = 5\%) = 14,1$$

O teste estatístico mostra-se significativo evidenciando que existem diferenças significativas entre a PIA etária de 1991 e de 1995 para Feira de Santana.

Quanto a distribuição da PIA por idade e área do domicílio, é claramente observada, na região rural, que há um elevado percentual de população jovem (10 a 24 anos), com uma redução uniforme para as demais faixas, esta característica pode ser explicada pelo êxodo rural existente em quase todos municípios do país. A PIA rural começa a se estreitar de forma mais acentuada a partir da idade de 40 anos.

A PIA urbana tem uma distribuição similar a do município como um todo. A PIA da Bahia também possui as mesmas características de fortes índices de natalidade e de mortalidade. Há também um declínio no número de jovens devido a diminuição da fecundidade (Ver Figura 2).

**Figura 5 - Distribuição da PIA por Faixas Etárias conforme a Área do Domicílio - Feira de Santana - 1995**



Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

A irregularidade da distribuição da PIA segundo os diferentes grupos de etários também é indício da influência do fenômeno migratório. A emigração pode explicar as

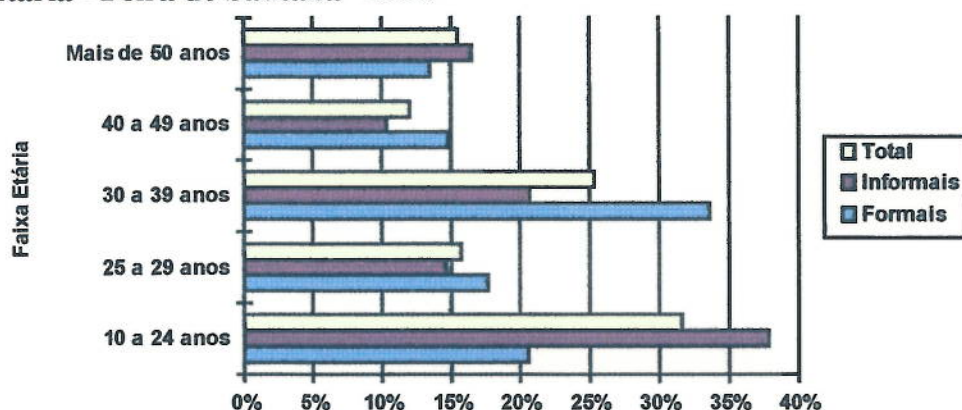
saliências na população com idade entre 30 a 39 anos para a população em geral e para a região urbana e, o estreitamento mais acentuado em direção ao topo a partir dos 40 anos para ambos os gêneros.

Quando se observa a Figura 6, onde é mostrada a distribuição dos trabalhadores segundo a sua idade, nota-se em primeiro lugar que no setor informal encontramos principalmente jovens de 10 a 24 anos de idade (37,7%), a partir dos 39 anos, o percentual de pessoas inseridas no setor informal vai decrescendo, e torna a se elevar, chegando a 16,5% na faixa de mais de 50 anos.

No caso dos formais, o percentual cresce de acordo com a idade, assim são poucos na primeira faixa etária (10 a 24 anos), cerca de 20,6% chegando a um percentual máximo entre os 30 e 39 (33,6%). A partir daí passa a decrescer chegando a 13,5% na faixa de mais de 50 anos de idade.

Os dados da Figura 6 permitem verificar “uma disparidade marcante na inserção produtiva dos indivíduos no espectro entre a infância e a velhice” (FAGUNDES, 1992). Segundo Fagundes, isto mostra o “ciclo”, onde se verifica “uma participação eminentemente informal na infância/adolescência a um engajamento no mercado de trabalho assalariado na fase adulta jovem, seguido de um recrudescimento da informalização nas faixas etárias mais avançadas.”

**Figura 6 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Faixa Etária - Feira de Santana - 1995**



Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

De um modo geral, os jovens começam a trabalhar desde cedo, observa-se na Figura 6 que cerca de 40% dos indivíduos entre 10 e 24 anos<sup>54</sup> trabalham, e principalmente no setor informal. Este representa o maior percentual entre todas as faixas etárias, isto se deve ao fato de que o baixo nível de renda das famílias incentiva a entrada precoce de homens e mulheres jovens no mercado de trabalho, à medida em que as políticas salariais implementadas na década de 80 não conseguiam acompanhar o processo inflacionário, determinando, desta forma, perdas que se acumularam no período, impossibilitando que as famílias possam sobreviver apenas com os salários dos respectivos chefes de família.<sup>55</sup>

A renda derivada das atividades produtivas de crianças e adolescentes frequentemente vem a se constituir um reforço indispensável ao orçamento das famílias pobres. Quando se verifica a área do domicílio destas crianças trabalhadoras, nota-se que estas provêm principalmente da “roça”. Em comparação ao trabalho infantil nas áreas rurais, uma primeira observação que a poucos escapa é a maior variedade de ocupações “a disposição” do jovem trabalhador na zona urbana. O trabalhador da “roça” possui um reduzidíssimo leque de atividades, não se diferenciando muito o trabalho realizado entre jovens e adultos.

<sup>54</sup> Normalmente ressalta-se a faixa etária de 10 a 14 anos, no entanto, não é possível aqui fazer esta inferência, pois o número de observações não é significativo (menos de 15).

<sup>55</sup> Existem outras razões que explicam a inserção dos jovens no mercado de trabalho: “Como atores em situação transitória, onde a identidade não se define apenas pela idade mais pelos projetos de vida geracional, a inserção dos jovens no mercado de trabalho é enfrentada tanto pelas diferentes maneiras da condição sócio-econômica de classe, como também pelas diferentes maneiras de viver a situação de transitoriedade da juventude, geralmente travejada por aspectos culturais envolvidos nas mudanças sociais, que são identificadas com os processos de modernização da sociedade (PIRES, 1995).



Como a grande parte da força de trabalho idosa carece de recursos monetários, previdenciários e públicos que garantam a própria sobrevivência, pois a renda obtida não é suficiente, há um significativo percentual daqueles indivíduos com mais de 50 anos (cerca de 15%) inseridos no mercado de trabalho, principalmente no setor informal.

Na análise das taxas de atividade por faixas etárias, conforme apresentado na Tabela 24, observa-se que as pessoas mais jovens, entre 10 e 24 anos, e as mais velhas, acima de 50 anos, têm uma baixa taxa de participação no mercado de trabalho - 50,3% e 53,1%, respectivamente - enquanto que os grupos que possuem as taxas mais elevadas estão nas faixas entre os 25 e 49 anos, taxa esta que fica acima de 80%.

**Tabela 24 - Taxa de Atividade por Faixa Etária conforme o Gênero - Feira de Santana - 1995**

Faixa Etária	Mulheres	Homens	Total
10 a 24 anos	39,7%	62,3%	50,3%
25 a 29 anos	70,4%	91,4%	80,9%
30 a 39 anos	75,4%	91,9%	83,0%
40 a 49 anos	69,0%	97,8%	81,6%
Mais de 50 anos	37,5%	71,1%	53,1%
Total	52,5%	76,0%	63,5%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

O comportamento das taxas de participação para homens e mulheres é similar ao mercado de trabalho como um todo. Sendo que as taxas de participação para os homens são bem maiores do que aquelas apresentadas para mulheres. Assim, como para os homens, entre 10 e 24 anos, a taxa de atividade é de 62,3% para as mulheres é de 39,7%, a situação agrava-se na faixa etária mais avançada, acima dos 50 anos, onde a taxa de participação das mulheres é de 37,5% e dos homens é de 71,1%. Isto ressalta a recente entrada da mulher no mercado de trabalho.

Sendo a idade uma variável numérica, foi possível calcular as medidas de posição e dispersão da distribuição. Como indica a Tabela 25, a mediana das idades no setor formal e informal é, respectivamente, de 33 e 28 anos e a média nos setores formal e informal é 34,5 e 32,7 anos, respectivamente, sendo a moda menor no setor informal (28 anos) do que no grupo dos trabalhadores inseridos no setor formal (33 anos), similar à mediana, para ambos setores.

O desvio padrão mais elevado retrata a maior dispersão das idades no segmento informal, em virtude da participação mais expressiva de crianças e de indivíduos mais idosos.

Os resultados abaixo indicam que a distribuição não é normal, isto é, a distribuição é assimétrica, ou ainda, registra-se uma assimetria positiva nos dois casos, tanto para formais como para informais (ou seja, há uma concentração em torno dos menores de idade).

**Tabela 25 - Estatística Descritiva para a Distribuição dos Formais e Informais conforme a Idade - Feira de Santana - 1995**

Medidas de Posição e Dispersão	Formais	Informais
Média	34,5	32,7
Mediana	33,0	28,0
Modo	33,0	28,0
Desvio padrão	11,2	15,3
Assimetria	0,7	1,0
Mínimo	15,0	11,0
Máximo	67,0	90,0
1º Quartil	25,0	20,0
3º Quartil	40,8	41,3
Coeficiente de Variação	0,3	0,5

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Quanto à idade, já foi observada a diferença que existe entre o percentual de jovens e idosos. O teste estatístico seguinte permite comprovar com clareza a participação elevada de jovens no setor informal seguido de um engajamento no setor formal na idade adulta e uma volta ao setor informal nas idades mais avançadas.

**Tabela 26 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Faixa Etária - Feira de Santana - 1995**

Faixas Etárias	Formais		Informais		Total
	Frequência Observada	Frequência Esperada	Frequência Observada	Frequência Esperada	
	10 a 24 anos	49,0	75,1	160,0	
25 a 29 anos	42,0	37,4	62,0	66,6	104,0
30 a 39 anos	80,0	60,4	88,0	107,6	168,0
40 a 49 anos	35,0	28,4	44,0	50,6	79,0
Mais de 50 anos	32,0	36,7	70,0	65,3	102,0
Total	238,0	238,0	424,0	424,0	662,0

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Ho: A proporção de jovens (entre 10 a 24 anos) inseridos no setor formal é a mesma de jovens inseridos no setor informal, a qual é, também, a mesma proporção para jovens ocupados, o mesmo se verificando para as demais faixas etárias.

$$gl = (5 - 1)(2 - 1) = 4$$

$$\chi^2 = 28,3$$

$$\chi^2 \text{ crítico (gl} = 4, \alpha = 5\%) = 9,5$$

Comparando-se as proporções de formais e de informais distribuídos entre as diversas faixas etárias, observa-se que estas diferem significativamente. Assim, a hipótese de que jovens e idosos participam mais do setor informal do que do setor formal é verdadeira, pois os jovens têm a facilidade de encontrar o primeiro emprego em atividades informais, e os idosos, devido a idade avançada, procuram, na maioria das vezes, ocupações por conta própria. Deste modo, o teste estatístico acima comprova que realmente existe um “ciclo” de idades em relação a inserção no setor informal. Isto quer dizer que os jovens ingressam no mercado de trabalho pelo setor informal e, quando atingem a idade adulta participam do setor formal e, quando chegam na idade de acima de 50 anos retornam ao setor informal.

#### **5.2.2.4 Educação**

Os dados da pesquisa para o MFS sobre escolarização por gênero indicam uma elevada concentração de mulheres em todas as faixas de estudo, apesar de quase 10% das mulheres estarem sem nenhum ano de estudo. Convém então afirmar com base nos dados da pesquisa, que as mulheres são mais bem educadas do que os homens.

Os dados da Tabela 27 indicam que 9% da PIA não possuem nenhum ano de estudo, 68,3% não completaram o 1º grau, destes 36,7% não terminaram nem a 4ª série primária, 20,4% têm entre 9 e 11 anos de estudo e apenas 2,2% atingiram o 3º grau.

**Tabela 27 - Distribuição da PIA por Anos de Estudo conforme o Gênero - Feira de Santana - 1995**

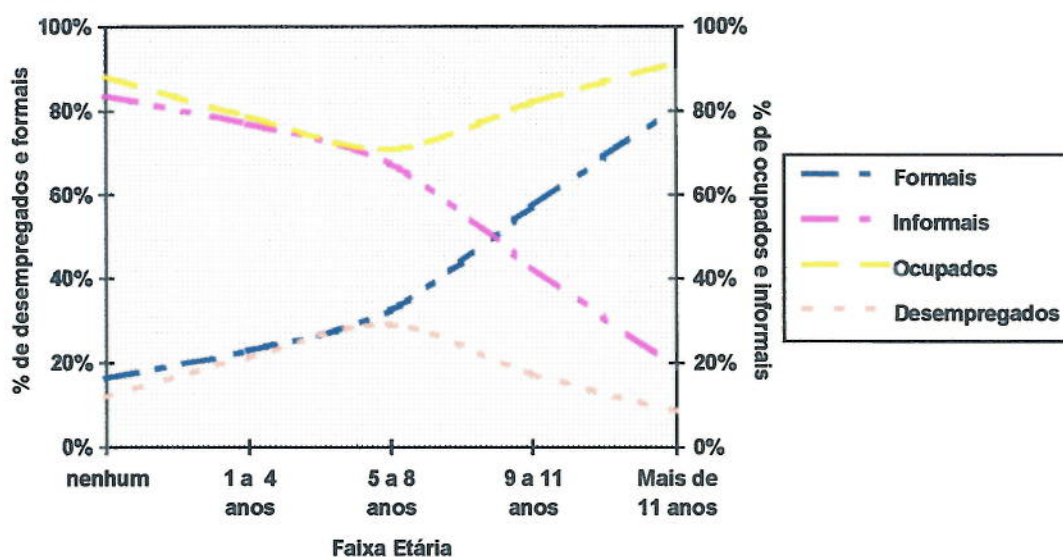
Anos de Estudo	Mulher	Homem	Total
Nenhum	54,9%	45,1%	100,0%
	9,3%	8,7%	9,0%
1 a 4 anos	52,5%	47,5%	100,0%
	36,2%	37,3%	36,7%
5 a 8 anos	52,9%	47,1%	100,0%
	31,4%	31,9%	31,6%
9 a 11 anos	53,5%	46,5%	100,0%
	20,5%	20,3%	20,4%
Mais de 11 anos	60,7%	39,3%	100,0%
	2,5%	1,9%	2,2%
Total % de linha	53,2%	46,8%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Os dados da PEA para o município de Feira de Santana em 1995, segundo os anos de estudo dão conta de alguns fenômenos interessantes. 8,4% da PEA não têm qualquer estudo formal, isto é, nunca frequentaram escola. 31,1% frequentam ou frequentaram uma das quatro primeiras séries do 1º grau, 31,5% entre a 5ª e a 8ª série do 1º grau. 26,1% apenas completaram o 1º grau, e somente 2,9% atingiram os cursos superiores.

Para os ocupados em Feira de Santana, observa-se que a maioria possui de 1 a 8 anos de estudo (59,7%), indicando o baixo nível de escolaridade dos ocupados, enquanto que 27,5% dos ocupados se encontram na faixa de 8 a 11 anos de estudo. Os indivíduos desempregados entre 1 e 8 anos de estudo são 73,2%, e poucos indivíduos (22,1%) com mais de 8 anos de estudo. A maior taxa de desemprego encontra-se naqueles indivíduos que têm entre 4 e 8 anos de estudo (29,1%).

**Figura 7 - Distribuição da PEA e dos Inseridos nos Setores Formal e Informal por Anos de Estudo - Feira de Santana - 1995**



Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

A Figura 7 mostra a distribuição dos anos de estudo conforme a inserção formal, informal, ocupado e desempregado. Esta mostra a tendência destas categorias: são poucos formais sem nenhum ano de estudo (16,4%), enquanto que o percentual para mais de 11 anos de estudo chega a 81%. No caso dos informais, o percentual para aqueles que não possuem nenhum ano de estudo é de 83,6, passando para 19% para os que têm mais de 11 anos de estudo.

Já para os ocupados, a distribuição das faixas de anos de estudo, possuem percentuais mais ou menos estáveis, com uma redução para aqueles entre 5 e 8 anos de estudo (curso ginásial). Para os desempregados a situação é inversa, na faixa de 5 a 8 anos de estudos verifica-se um aumento dos desempregados.

No caso da relação formal/informal, observa-se que quanto menor o número de anos de estudo maior o percentual de informais, de modo contrário quanto maior o número de anos de estudos maior número de pessoas no setor formal.

Conforme os dados da pesquisa, 12% dos informais não têm nenhum grau de escolaridade, enquanto no setor formal, 24,8% têm até quatro anos de estudo. 69,3% dos informais, possuem de 1 a 8 anos de estudo, já 46,7% dos formais estão nesta faixa. Isto se explica pelo fato de que as pessoas com algum grau de instrução deixam o setor formal em

busca de melhores alternativas - bons salários - já que o setor formal não dá possibilidade de atingir tais condições.

Por outro lado, 42% dos formais têm de 8 a 11 anos de estudo, enquanto que apenas 17,7% dos informais estão nesta faixa. Isto é explicado pois o nível de estudo exigido nas relações formais é bem superior ao exigido nas relações informais.

Para aqueles com mais de 11 anos de estudo, observa-se que não há um percentual significativo para os informais. No entanto, pode-se dizer que 7% dos formais já ingressaram na universidade.

O fato de o MFS possuir um número significativo de ocupados sem estudo (9,2%) é esperado, pois cidades pouco desenvolvidas apresentam uma menor exigência por uma escolarização mínima; é o que acontece no MFS, pois o setor agrícola - tradicionalmente maior absorvedor de mão-de-obra não qualificada - apresenta participação significativa na mão-de-obra feirense.

A desagregação dos indivíduos ocupados conforme o setor de atividade por nível de instrução para o conjunto da amostra é elucidativa do baixo grau de qualificação dos trabalhadores no MFS: 70,4% não possuem sequer o primeiro grau completo, dos quais 41,5% são analfabetos ou só possuem até 4 anos de estudo e 28,9% não terminaram o ginásio (4 a 8 anos de estudo).

O maior nível de deficiência na escolaridade está no grupo de pessoas inseridas em atividades ligadas à agropecuária. Neste caso, 78,7% nunca estudaram ou só estudaram até a 4ª série primária e 20% freqüentam ou freqüentaram da 5ª a 8ª série do 1º grau. Por outro lado, o melhor nível de escolaridade é observado nos ocupados do setor de serviços, onde 36,7% são analfabetos ou estudaram até a 4ª série, 23,6% têm de 5 a 8 anos e 39,7% tem mais de 9 anos de estudo. Isto é consequência do crescimento do setor de serviços no município, o qual demanda elevada mão-de-obra especializada.

**Tabela 28 - Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade conforme Anos de Estudo - Feira de Santana - 1995**

Setor de Atividade Econômica	0 a 4 anos	5 a 8 anos	Mais de 9 anos	Total
Agropecuária	78,7%	20,0%	1,3%	100,0%
	21,5%	7,9%	0,5%	11,3%
Indústria de Transformação	30,6%	45,9%	23,5%	100,0%
	9,5%	20,4%	10,2%	12,8%
Comércio	34,0%	32,1%	34,0%	100,0%
	26,2%	35,6%	36,7%	32,0%
Serviços	36,7%	23,6%	39,7%	100,0%
	30,5%	28,3%	46,4%	34,6%
Outros Setores	55,7%	24,6%	19,7%	100,0%
	12,4%	7,9%	6,1%	9,2%
Total % de linha	41,5%	28,9%	29,6%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

No comércio, 32,8% dos trabalhadores têm mais de 9 anos de estudo, e na indústria, os trabalhadores têm, principalmente, de 5 a 8 anos de estudo.

Quando se analisa a situação da escolaridade dos setores de atividade por outro ângulo, observa-se que daqueles trabalhadores que nunca foram a uma escola ou só freqüentaram até a 4ª série, 30,5% encontram-se no setor de serviços e 26,2% estão inseridos no comércio.<sup>56</sup>

Os trabalhadores que têm de 5 a 8 anos de estudos estão inseridos, principalmente, no comércio, no setor de serviços, na indústria, na agropecuária e em outros setores (35,6%, 28,3%, 20,4%, 7,9% e 7,9% respectivamente). O setor de serviços, o comércio e a indústria são os setores onde estão predominantemente inseridos os trabalhadores com mais de 9 anos de estudo.

De um modo geral, estes dados indicam uma absorção de mão-de-obra com baixo nível de escolaridade. Contudo, não se pode afirmar que há um melhor aproveitamento da mão-de-obra qualificada. Em se tratando de uma região pouco desenvolvida esses números são indicadores sintomáticos da baixa escolarização da mão-de-obra do MFS.

Os dados também sinalizam para uma alteração no perfil da demanda para mão-de-obra da economia baiana, com o aumento das oportunidades de trabalho/ocupação que exigem

<sup>56</sup> É provável que a maior parte destes trabalhadores inseridos no setor de serviço sem nenhum ano de estudo sejam empregados domésticos. Não é possível fazer a mesma análise para o comércio e a indústria dado o número não significativo de observações.

maior escolaridade. Isto se deve também ao processo de urbanização em algumas cidades, onde há uma tendência a restringir as oportunidades para aqueles que possuem um baixo nível de escolaridade.

Por isso é que os trabalhadores rurais que geralmente têm baixo nível de escolaridade, têm dificuldade de encontrar emprego em atividades no setor urbano, já que estão competindo com mais anos de estudo das áreas urbanas. Isto facilita a queda da absorção de mão-de-obra sem instrução.

Esta tendência à redução da proporção de ocupados sem instrução e com baixo nível de escolaridade e sua substituição por pessoas com maior instrução, não significa necessariamente, uma melhoria para estes últimos. Num mercado de trabalho restrito como o nosso, a elevação do nível de escolaridade da população amplia as alternativas de utilização da força de trabalho pelo capital, permitindo, inclusive, a opção por trabalhadores com nível de instrução mais elevado, até mesmo em atividades que não exijam esta formação e que oferecem baixa remuneração, provocando, desta forma, uma *desqualificação* da mão-de-obra com maior escolaridade (BAHIA, 1992).

**Tabela 29 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme Anos de Estudo - Feira de Santana - 1995**

Anos de Estudo	Formais		Informais		Total
	Frequência Observada	Frequência Esperada	Frequência Observada	Frequência Esperada	
Nenhum	10,0	21,9	51,0	39,1	64,0
1 a 4 anos	49,0	76,9	165,0	137,1	211,0
5 a 8 anos	62,0	68,7	129,0	122,3	191,0
9 a 11 anos	117,0	70,5	79,0	125,5	196,0
Total	238,0	238,0	424,0	424,0	662,0

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

H<sub>0</sub>: A proporção de anos de estudo dos inseridos no setor formal é a mesma dos inseridos no setor informal.

$$gl = (4-1)(2-1) = 3$$

$$\chi^2 = 75,0$$

$$\chi^2 (gl = 3 \text{ a} = 5\%) = 7,8$$



Ao nível de significância de 5% rejeitar-se-á a hipótese nula de que os trabalhadores inseridos no formal e inseridos no setor informal não diferem quanto aos anos de estudo. Então os dados indicam que os informais têm menos anos de estudo do que os formais. Pode-se concluir que nos segmentos do mercado de trabalho com empregados mais qualificados as relações de emprego tendem a ser mais formais.

**Tabela 30 - Estatística Descritiva para os Formais e Informais conforme Anos de Estudo - Feira de Santana - 1995**

Medidas de Posição e de Dispersão	Formais	Informais
Média	7,8	5,0
Mediana	8,0	4,5
Modo	11,0	4,0
Desvio padrão	3,7	3,4
Assimetria	-0,6	0,3
Mínimo	0,0	0,0
Máximo	12,0	12,0
1º Quartil	5,0	2,0
2º Quartil	11,0	8,0
Coefficiente de Variação	0,5	0,7

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Quando se analisa a estatística descritiva dos dados para educação, observa-se que a mediana de anos de estudo para os informais é menor do que a dos formais o que justifica a hipótese de que o setor formal exige um nível de escolaridade em relação ao setor informal. Nota-se também que no setor formal é mais comum os trabalhadores com 11 anos de estudo enquanto que no setor informal é mais comum ocupados com 4 anos de estudo. Quanto a assimetria, observa-se que no setor formal a distribuição tem assimetria negativa, isto quer dizer que há uma elevada concentração de formais com níveis elevados de escolaridade. A dispersão entre as distribuições de anos de estudo para formais e informais é bem pequena, quase coincidente, com uma diferença maior para os informais.

#### 5.2.2.5 Situação Migratória

A tabela abaixo mostra que no MFS, 53,8% da PIA sempre viveu na região, 35,7% têm mais de 5 anos nesta, 6,4% têm entre 2 e 5 anos, e apenas 4,1% têm menos de 2 anos na região.

Dos migrantes que têm mais de 5 anos de residência, 82,8% são provenientes de outros municípios do Estado, 17,2% de outros Estados/Países.

**Tabela 31 - Distribuição da PIA por Tempo de Residência conforme o Local de Residência - Feira de Santana - 1995**

Tempo de Residência	MFS	Outros Município da Bahia	Outros Estados/Países	Total
Menos de 2 anos	0,0%	71,2%	28,8%	100,0%
	0,0%	7,8%	14,0%	4,1%
De 2 a 5 anos	0,0%	81,3%	18,8%	100,0%
	0,0%	13,7%	14,0%	6,4%
Mais de 5 anos	0,0%	82,8%	17,2%	100,0%
	0,0%	78,4%	72,0%	35,7%
Viveu sempre em MFS	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	100,0%	0,0%	0,0%	53,8%
Total % de linha	53,8%	37,7%	8,5%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

As evidências dão conta de que há uma predominância dos migrantes dos diversos municípios do Estado da Bahia, e que estes migraram a mais tempo que os oriundos de outros Estados e países. Isto sugere um processo de concentração urbana em Feira de Santana, passando a assumir algumas características de “cidade-dormitório” (AZEVEDO, 1992), apesar desta região possuir ainda um fraco desenvolvimento industrial, esta já mostra sinais de crescimento do seu complexo industrial (CIS) e atrai mão-de-obra de outros Estados do país, principalmente do Nordeste brasileiro.

**Tabela 32 - Distribuição do Local de Origem dos Migrantes por Área do Domicílio - Feira de Santana - 1995**

Origem	Urbana	Rural	Total
MFS	81,6%	18,4%	100,0%
	63,0%	32,5%	53,8%
Outros Municípios da Bahia	48,8%	51,2%	100,0%
	26,4%	63,5%	37,7%
Outros Estados/Países	86,0%	14,0%	100,0%
	10,5%	3,9%	8,5%
Total % de linha	69,6%	30,4%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Por outro lado, observa-se uma tendência crescente de pessoas oriundas de outros Estados, enquanto que a migração de outros municípios decresceu, quando se compara aqueles que vieram a mais de 5 anos com aqueles que estão aqui a menos de 2 anos.

Isto pode ser uma indicação da natureza da inserção da economia industrial feirense na economia brasileira. O desenvolvimento do CIS, pode estar atraindo de outros

Estados mão-de-obra mais qualificada. No entanto, a esmagadora maioria dos migrantes são baianos, seguidos de nordestinos.

A distribuição da amostra por origem confirma este fato, pois 81,6% dos migrantes são baianos, os demais migrantes dividem-se entre nordestinos (11,4%) e migrantes de outros Estados ou países que perfazem um percentual de apenas 7,1%.

**Tabela 33 - Distribuição da PEA por Local de Origem - Feira de Santana - 1995**

Origem	Ocupados	Desempregados	Total
Bahia	80,2%	19,8%	100,0%
	81,5%	86,5%	82,4%
Nordeste	91,5%	8,5%	100,0%
	13,5%	5,4%	12,0%
Outros Estados/Países	72,7%	27,3%	100,0%
	5,0%	8,1%	5,6%
Total % de linha	81,2%	18,8%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

A taxa de desemprego entre os migrantes é de 18,8%, esta taxa é um pouco menor do que aquela encontrada para o município como um todo, isto se deve ao fato de que a recente industrialização traz trabalhadores de outros Estados principalmente, com a garantia do emprego. Por isso, observa-se que a taxa de desemprego é bem menor para aqueles que vieram de outros Estados não nordestinos e de outros países.

A taxa de participação dos migrantes é de 67,8%. Esta taxa é superior àquela encontrada para o município.

A informalidade é maior entre os baianos do que entre aqueles que vieram de outros Estados e países. No setor informal tem-se 85,1% de baianos, e 14,9% de trabalhadores oriundos de outros Estados e países, sendo que 9,6 são nordestinos.

Esse quadro mostra que a população ocupada por não baianos é predominantemente de nordestinos.

**Tabela 34 - Distribuição dos Inseridos no Setor Formal e Informal conforme o Local de Origem - Feira de Santana - 1995**

Estado	Formais	Informais	Total
Bahia	35,4%	64,6%	100,0%
	75,8%	85,1%	81,5%
Outros Estados do Nordeste	54,5%	45,5%	100,0%
	18,8%	9,6%	13,1%
Outros Estados/Países	38,9%	61,1%	100,0%
	5,5%	5,3%	5,4%
Total % de linha	38,1%	61,9%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Nota: Estão excluídos desta tabela os trabalhadores originários de Feira de Santana.

Segundo Azevedo (1992), o migrante entra no mercado de trabalho via o setor informal, para posteriormente o processo adaptativo provocar a mudança de situação, mudando o migrante para empregos mais estáveis.

Na análise da origem do migrante, em relação a sua área de origem, observa-se que os migrantes de outros municípios da Bahia, na maioria das vezes deixam a zona rural e migram para Feira, a migração rural-urbana de outras cidades da Bahia é muito mais significativa do que a migração rural-urbana do MFS. Por outro lado, os migrantes de outros Estados/Países saem principalmente da zona urbana e migram para o município de Feira de Santana. Isto confirma a idéia de que estes indivíduos migram por causa da recente industrialização, que traz uma mão-de-obra mais especializada para o CIS.

Os dados indicam uma leve movimentação no interior do MFS, com poucos migrantes mudando da zona rural para a urbana. Os trabalhadores agrícolas que inserem-se em atividades urbanas, transformam-se predominantemente em conta próprias (ambulantes, camelôs, empregados domésticos etc.) os quais estão espalhados pela cidade. Por um lado, isto decorre da penetração constante de relações capitalistas no campo que expulsa mão-de-obra para a cidade e, por outro lado, da baixa capacidade de condição desta mão-de-obra em atividades urbanas onde se exige uma maior grau de especialização.

### 5.2.3 Características Ocupacionais

#### 5.2.3.1 Previdência Social<sup>57</sup>

Os dados de pessoas ocupadas por contribuição à previdência social<sup>58</sup> evidenciam que, no município, é bastante significativo o fenômeno de trabalhadores que não têm acesso à previdência. De fato, em 1995, a pesquisa de campo assinala, apenas 38,1% de contribuintes no universo de pessoas ocupadas.

Isto sinaliza que quase 2/3 da população ocupada não contribui com a previdência social, e demonstra que, para a maioria da mão-de-obra do município, a inserção no mercado de trabalho se realiza em condições precárias.

A distribuição por gênero conforme contribuição à previdência indica que as mulheres (34,1%) contribuem menos do que o homens (40,8%). De fato as mulheres estão principalmente inseridas no setor informal do mercado de trabalho, o qual se caracteriza pela ausência de contribuição à previdência.

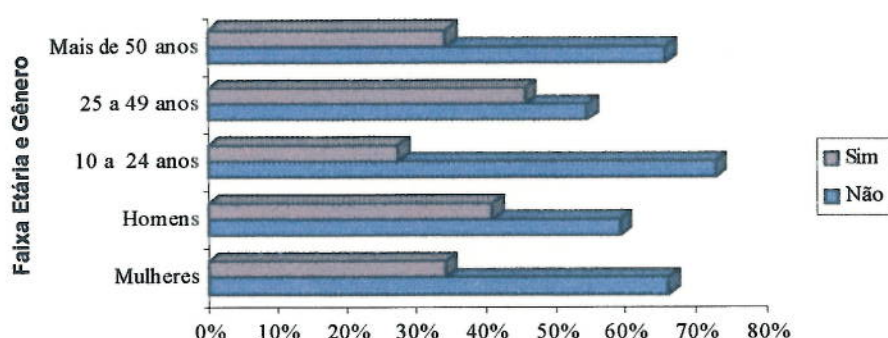
No que se refere à distribuição dos contribuintes por grupos de idade, observa-se que são os mais jovens e os mais velhos aqueles que menos contribuem para a previdência. Os mais jovens porque estes não se encontram ainda em atividades estáveis, que lhes assegurem os direitos trabalhistas e os idosos porque muitos já estão aposentados. Dentre as pessoas ocupadas entre 10 e 24 anos de idade somente 27,3% são contribuintes e apenas 34,3% daqueles que tem mais de 50 anos de idade contribuem com a previdência.

Este baixo percentual de contribuição entre os mais jovens, é elucidativo, portanto, da absoluta falta de proteção social aos que, por força do baixo nível de renda familiar, são obrigados a ingressar precariamente no mercado de trabalho. E, revela o grau de exploração a que estão submetidos os trabalhadores dos segmentos mais pauperizados da população, que embora comecem a trabalhar muito cedo, não conseguem se beneficiar da aposentadoria por “tempo de serviço”, tendo que permanecer em atividade até o limite das suas forças.

<sup>57</sup> A contribuição à previdência em discussão trata-se daquela referente a ocupação principal do trabalhador, independente de outras atividades que o trabalhador tem ou já teve. Portanto, se um trabalhador é aposentado isto não implica na conclusão caso exerça uma atividade caracterizada como informal.

<sup>58</sup> Em termos teóricos, o sistema previdenciário tem como beneficiário todo aquele que exerce atividade remunerada, com ou sem vínculo empregatício, além daqueles que vivem sob a dependência econômica do segurado (BAHIA, 1992). É interessante observar que no universo dos contribuintes uma parte já recebe aposentadoria portanto, na realidade o percentual de contribuintes correspondente à atividade analisada que é bem menor. Isto justifica os aposentados informais.

**Figura 8 - Distribuição dos Ocupados Contribuintes da Previdência conforme a Área de Origem e a Faixa Etária - Feira de Santana - 1995**



Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

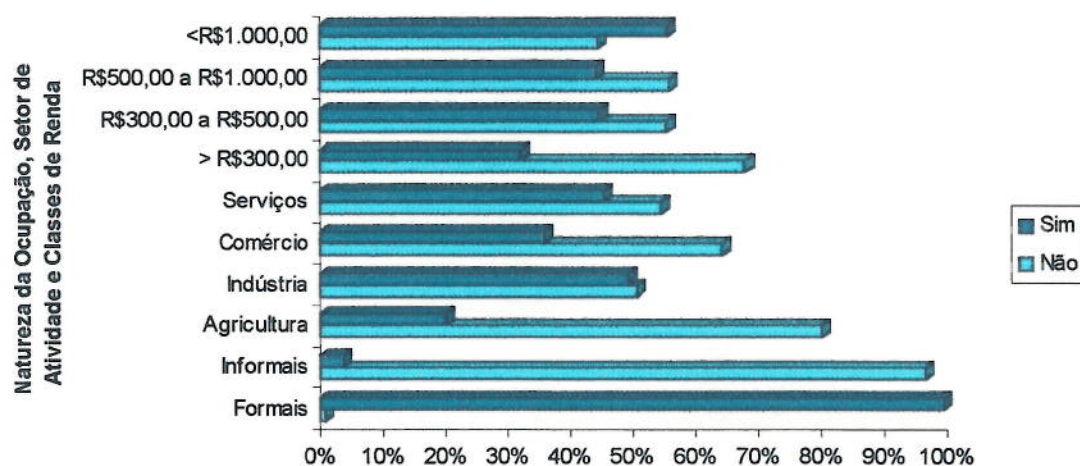
Os adultos acima de 50 anos perfazem tão somente 13,9% do universo de contribuintes, revelando também a precariedade da sua integração ao mercado de trabalho, mas sobretudo, a falta de cobertura previdenciária para uma faixa etária que, por motivos óbvios, mais necessita dela. No caso dos jovens, estes representam 22,6% do total de contribuintes à previdência.

Os dados da pesquisa demonstram ainda que não é somente em relação ao universo de contribuintes que os jovens e os idosos comparecem menos. É nestas faixas etárias que se verificam as menores proporções de contribuintes com relação ao pessoal ocupado.

Nas faixas intermediárias, de 25 a 49 anos, concentra-se mais da metade de contribuintes (63,5%); reflete-se que é aí que se encontra o maior número de pessoas ocupadas em melhores condições de inserção no mercado de trabalho.

Estes dados refletem um dos problemas do atual sistema previdenciário do país, qual seja a reduzida proporção de contribuintes, proporção esta que tende a cair, em função da crescente informalização da economia, observada mais intensamente no período recessivo. Na década de 80, na Bahia, aumentou no setor urbano a proporção dos empregados sem carteira assinada e diminuiu a proporção dos que a possuem (BAHIA, 1992).

**Figura 9 - Distribuição dos Ocupados Contribuintes da Previdência conforme a Natureza da Ocupação, o Setor de Atividade e a Renda - Feira de Santana - 1995**



Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

A distribuição dos contribuintes por setor econômico, a partir da amostra, indica que o seu percentual é menor na agropecuária e em outros setores (principalmente, construção civil) - representando, respectivamente, 6% do total de contribuintes em ambos os setores.<sup>59</sup>No MFS, destaca-se o setor de serviços e o comércio, onde estão inseridos os trabalhadores que mais contribuem com a previdência (41,3% e 30,2%, respectivamente).

No que diz respeito à distribuição dos contribuintes à previdência por classes de renda, observa-se que o percentual de contribuintes aumenta na razão direta da renda. Nas classes de renda mais baixas, menor proporção de contribuintes (32,2% daqueles que recebem menos de 3 SMs contribuem com a previdência) e, nas mais altas, as maiores (55,4% dos percebem mais de 10 SMs são contribuintes), refletindo o fato de que é exatamente nestas últimas, com maior remuneração, que tem maior peso a mão-de-obra com vínculo empregatício formalizado.

Os impactos na intensidade e padrão de utilização de mão-de-obra pelo capital, resultante das mudanças provocadas pelas novas tecnologias e novas formas de gestão, em

<sup>59</sup> Os trabalhadores rurais estão submetidos a uma legislação específica. Em 1963 teve início a instituição FUNRURAL, o qual garantia aos trabalhadores rurais assistência médica. Em 1971, surgiu o PRORURAL como um regime de previdência rural.

curso na economia mundial, apontam no sentido de profundas transformações dos sistemas previdenciários, inclusive dos países do primeiro mundo. No caso brasileiro, estas mudanças atingem um sistema previdenciário que, reconhecidamente, nunca foi capaz de garantir, mesmo que apenas à parcela da mão-de-obra do chamado “setor moderno” da economia, níveis de proteção social semelhantes aos atingidos pelo “Estado do Bem Estar Social” dos países capitalistas centrais. É evidente a rigidez do sistema previdenciário do país, incapaz de ampliar significativamente a sua base de contribuição e a sua cobertura, através da incorporação/ampliação de segmentos dele excluídos ou com baixa participação, e que são exatamente os que mais cresceram na década passada e que devem crescer ainda mais, com as já referidas tendências à informalização e à terceirização da economia (BAHIA, 1992).

### 5.2.3.2 Carteira Assinada

Uma grande parte dos ocupados no MFS não têm carteira assinada devido a sua posição na ocupação tais como conta próprias, empregadores, empregados não remunerados e os empregados do setor público que não possuem carteira assinada porque são regidos por estatutos.

Dos trabalhadores empregados 30,2% têm carteira assinada, enquanto que 69,8% não tem carteira assinada. Considera-se neste caso os trabalhadores agrícolas, temporários e domésticos.

**Tabela 35 - Distribuição dos Empregados por Setor de Atividade conforme a Carteira Assinada - Feira de Santana - 1995**

Setor de Atividade Econômica	Não	Sim	Total
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	2,9%	0,2%	3,2%
Indústria de Transformação	8,6%	7,9%	16,4%
Construção Civil	6,3%	1,1%	7,4%
Comércio; Rep. de Veíc. Aut., Obj. Pessoais e Domésticos	21,6%	11,9%	33,6%
Serviços	30,4%	9,0%	39,4%
Total	69,8%	30,2%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Observe que em todos os setores a predominância é de empregados sem carteira profissional assinada. O comércio é o setor onde se verifica um maior percentual de empregados com carteira profissional assinada (11,9%) seguidos pelo setor de serviços (9%) - neste setor, a classe que mais influencia neste baixo percentual são os serviços domésticos - e pela indústria (7,9%).



### 5.2.3.3 Posição na Ocupação

A distribuição dos ocupados na amostra segundo a posição na ocupação no MFS é analisada de acordo com a seguinte classificação: a) empregadores que incluem os agropecuaristas e empregadores do setor privado com mais de 5 empregados; b) empregados onde inserem-se os empregados temporários, empregados domésticos, empregados do setor privado, empregados do setor público, empregados de empresa estatal, religiosos, trabalhadores agrícolas volante e parceiros ou meeiros; c) conta próprias os quais são os pequenos agricultores, trabalhadores domésticos, conta própria, microempresários, trabalhadores autônomos; e d) a última classe que são os trabalhadores familiares sem remuneração e trabalhadores sem remuneração.

Como esperado o percentual de conta próprias como inseridos no setor informal é de 53,4%, bem superior que as demais categorias, apesar de estar agregado aos empregadores que são predominantemente formais. A maior parte dos conta próprias são autônomos, pessoas que trabalham sozinhas ou com ajuda de uma pessoa que na maioria das vezes são ajudantes familiares ou temporários.

**Tabela 36 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Posição na Ocupação - Feira de Santana - 1995**

Posição na Ocupação	Formais	Informais	Total
Empregado	57,5%	42,5%	100,0%
	83,7%	35,4%	53,7%
Empregadores	100,0%	0,0%	100,0%
	5,5%	0,0%	2,1%
Conta próprias	10,1%	89,9%	100,0%
	10,8%	53,4%	37,3%
Trabalhadores sem Remuneração	0,0%	100,0%	100,0%
	0,0%	11,2%	6,9%
Total % de linha	36,0%	64,0%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

No setor formal, a categoria que tem o maior percentual (83,7%) é formada de empregados, aí estão principalmente inseridos os empregados do setor privado e público. O mercado de trabalho tem um percentual significativo de empregados (53,7%), seguidos pelos conta próprias (37,3%), e por trabalhadores sem remuneração que possuem um percentual significativo (6,9%).<sup>60</sup>

<sup>60</sup> A amostra não comporta a desagregação para a variável empregadores.

Quando se desagregam estas categorias, nota-se que os autônomos possuem o maior percentual (42,5%) entre os informais, seguidos de empregados no setor privado (18,2%), trabalhadores familiares sem remuneração (10,4%), empregados domésticos (10,1%) e pequenos agricultores (6,1%) (Conforme Apêndice 2).

#### 5.2.3.4 Setor de Atividade Econômica

O MFS há muito tempo deixou de ter suas atividades centradas no tradicional setor agropecuário dando lugar ao comércio. Todavia, nos últimos anos vem-se observando o crescimento do setor de serviços, o que também ocorre em muitas grandes capitais. Assim, o setor de serviços é o principal empregador na região de Feira de Santana, agregando 37,9% dos trabalhadores. Segue-o, o comércio (32%), a indústria (12,8%), o setor agropecuário (11,3%) e as demais atividades (5,9%).

**Tabela 37 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme o Setor de Atividade - Feira de Santana - 1995**

Setor de Atividade Econômica	Formais	Informais	Total
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	5,3%	94,7%	100,0%
	1,7%	16,7%	11,3%
Indústria de Transformação	50,6%	49,4%	100,0%
	18,1%	9,9%	12,8%
Comércio; Rep. de Veíc. Aut., Obj. Pessoais e Domésticos	34,4%	65,6%	100,0%
	30,7%	32,8%	32,0%
Serviços	42,6%	57,4%	100,0%
	45,0%	34,0%	37,9%
Outras Atividades	28,2%	71,8%	100,0%
	4,6%	6,6%	5,9%
Total % de linha	36,0%	64,0%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

\* Nota: Estão incluídos nesta categoria Produção e Distribuição de Energia, Gás e Água e Construção Civil.

Ao se desagregarem os grandes setores em esferas de aplicação do trabalho mais especificamente definidas, os ramos da agropecuária, serviço doméstico, educação, construção civil entre outras atividades, emergem como maiores absorvedores de força de trabalho, sem que nenhum deles, isoladamente, consiga, todavia, superar o comércio varejista. Certamente, dada a forte presença do setor público nos serviços de educação e saúde, a participação percentual da administração pública seria consideravelmente mais elevada se fosse tomada uma definição mais ampla do segmento. Nesse caso, provavelmente o setor ultrapassaria a

agropecuária enquanto gerador de empregos diretos. Do segmento industrial, destaca-se o ramo de produção de alimentos e bebidas que concentra 2,9% de trabalhadores no MFS.

**Tabela 38 - Distribuição dos Ocupados conforme o Setor de Atividade - Feira de Santana - 1995**

Setor de Atividade Econômica	Total
Agropecuária	11,3%
Indústria de Alimentos e Bebidas	2,9%
Construção Civil	5,6%
Comércio Atacadista	4,7%
Comércio e Rep. de Veic. Aut. e Mot.; e Com. a Var. de Combustíveis	4,4%
Comércio Varejista e Reparação de Obj. Pes. e Domésticos	23,0%
Alojamento e Alimentação	3,3%
Transporte	4,1%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	2,9%
Educação	5,9%
Serviços Pessoais	3,6%
Serviços Domésticos	10,4%
Outras Atividades	18,0%
<b>Total Global</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Na maioria dos setores há um amplo predomínio de pessoas do gênero masculino, notadamente no âmbito do comércio e na indústria, exceto é claro no setor de serviços dada a forte presença de mulheres no serviço doméstico, na educação, no serviço pessoal (costureiras, cabeleireiras etc), como também no serviço de hotéis e restaurantes. 92,8% dos empregados domésticos são do gênero feminino, sendo que a atividade emprega mais de 1/5 das mulheres empregadas, absorvendo um percentual mínimo do conjunto dos homens empregados. Observa-se que o comércio e os serviços encontram-se entre esses dois extremos, caracterizando-se por um bom equilíbrio na participação dos dois gêneros. As mulheres prevalecem nos subsetores de serviços domésticos, comércio varejista, educação, agropecuária, serviços pessoais e alojamento e alimentação, fato contrabalançado por uma presença masculina maciça em segmentos como o comércio varejista, agropecuária, construção civil, comércio e reparação mecânica, comércio atacadista e serviço de transporte. Ou seja, enquanto os homens ocupados encontram-se em atividades voltadas ao suprimento de demandas diretamente impulsionadas pelo movimento da indústria, as mulheres predominam nos serviços de natureza social ou direcionados ao atendimento de necessidades de cunho pessoal (ver Apêndice 3).

**Tabela 39 - Distribuição da População ocupada conforme o setor de atividade e o gênero - Feira de Santana - 1995**

Setor de Atividade Econômica	Mulher	Homem	Total
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	40,0%	60,0%	100,0%
	11,1%	11,5%	11,3%
Indústria de Transformação	34,1%	65,9%	100,0%
	10,7%	14,3%	12,8%
Comércio; Rep. de Veíc. Aut., Obj. Pessoais e Domésticos	23,6%	76,4%	100,0%
	18,5%	41,3%	32,0%
Serviços	62,9%	37,1%	100,0%
	58,5%	23,7%	37,9%
Outras Atividades	7,7%	92,3%	100,0%
	1,1%	9,2%	5,9%
Total % de linha	40,8%	59,2%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Quanto à distribuição setorial do emprego por faixa etária, observa-se uma nítida concentração relativa dos trabalhadores mais jovens - 10 a 24 anos - no setor de serviços, enquanto que os trabalhadores na faixa de mais de 50 anos encontram-se nas atividades agropecuárias. Na faixa de 24 a 49 anos, observa-se que a concentração é no setor de serviços, seguido pelo setor de comércio e indústria de transformação.

**Tabela 40 - Distribuição da População Ocupada por Setor de Atividade conforme a Faixa Etária - Feira de Santana - 1995**

Setor de Atividade Econômica	10 a 24 anos	25 a 49 anos	Mais de 50 anos	Total
Agricultura, Pecuária, Silv. e Exp. Florestal	38,7%	32,0%	29,3%	100,0%
	13,9%	6,8%	21,6%	11,3%
Indústria de Transformação	31,8%	56,5%	11,8%	100,0%
	12,9%	13,7%	9,8%	12,8%
Comércio; Rep. de Veíc. Aut., Obj. Pes. e Domésticos	30,2%	56,6%	13,2%	100,0%
	30,6%	34,2%	27,5%	32,0%
Serviços	32,7%	54,2%	13,1%	100,0%
	39,2%	38,7%	32,4%	37,9%
Outras Atividades	17,9%	59,0%	23,1%	100,0%
	3,3%	6,6%	8,8%	5,9%
Total % de linha	31,6%	53,0%	15,4%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

O teste estatístico, apresentado no Apêndice 4, rejeita a hipótese nula ao nível de significância de 5%. Pode-se então concluir que a proporção dos trabalhadores de cada setor, formal e informal, é a mesma para todos os setores. Portanto, os informais estão principalmente inseridos na agricultura e no setor de serviços, pois possui facilidades de entrada, assim como, muitas destas atividades são realizadas no próprio domicílio.

### 5.2.3.5 Tempo de Serviço

A Tabela 41 mostra que 31,9% da população ocupada no MFS possui até 1 ano de serviço no emprego, os quais estão principalmente inseridos no setor de serviços. Esses indicadores parecem evidenciar uma alta rotatividade na região.

**Tabela 41 - Distribuição da População Ocupada por Setor de Atividade conforme o Tempo de Serviço - Feira de Santana - 1995**

Setor de Atividade Econômica	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exp. Florestal	17,3%	10,7%	72,0%	100,0%
Indústria de Transformação	6,2%	4,7%	19,4%	11,3%
Comércio; Rep. de Veic. Aut., Obj. Pessoais e Domésticos	43,5%	27,1%	29,4%	100,0%
Serviços	17,5%	13,4%	9,0%	12,8%
Outras Atividades	30,7%	32,1%	37,3%	100,0%
Total % de linha	30,8%	39,5%	28,3%	32,0%
Total % de coluna	31,1%	26,3%	42,6%	100,0%
	37,0%	38,4%	38,4%	37,9%
	46,2%	17,9%	35,9%	100,0%
	8,5%	4,1%	5,0%	5,9%
Total % de linha	31,9%	26,0%	42,1%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Por outro lado, observa-se que 42,1% dos trabalhadores têm mais de 5 anos de serviço, este é um percentual bastante significativo, mas não é o ideal para uma economia em expansão como a feirense, onde já existe um centro industrial sólido, assim como atividades terciárias predominantemente atuantes. Destes trabalhadores, 38,4% encontram-se no setor de serviços, talvez dentro do setor de serviços este percentual esteja, principalmente, relacionado com as atividades da administração que garantem estabilidade para os empregados. Seguindo o setor de serviços, tem-se o comércio que agrega 28,3%, agropecuária (com 19,4%, setor tradicional na economia feirense), indústria (9%), e por fim, demais atividades (principalmente construção civil) agregando 5% dos trabalhadores com mais de 5 anos de serviço.

Os trabalhadores entre 1 e 5 anos de serviço, que representam 26% dos ocupados, estão inseridos no comércio, no setor de serviços, na indústria, na agropecuária e em demais atividades (respectivamente, 39,5%, 38,4%, 27,1%, 4,7%, 4,1%)

A Tabela 42 evidencia que 36,8% dos informais têm menos de 1 ano de serviço na ocupação; este percentual é bastante significativo. Dos trabalhadores que têm menos de 1 ano 73,9% são informais. A taxa mais significativa dos formais encontra-se na faixa de 5 a 15 anos de serviço onde 31,1% são formais.

**Tabela 42 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme o Tempo de Serviço - Feira de Santana - 1995**

Tempo de Serviço	Formais	Informais	Total
Menos de 1 ano	26,1%	73,9%	100,0%
De 1 a 3 anos	23,1%	36,8%	31,9%
	35,4%	64,6%	100,0%
	12,2%	12,5%	12,4%
De 3 a 5 anos	44,4%	55,6%	100,0%
	16,8%	11,8%	13,6%
De 5 a 15 anos	44,6%	55,4%	100,0%
	31,1%	21,7%	25,1%
Mais de 15 anos	35,4%	64,6%	100,0%
	16,8%	17,2%	17,1%
Total % de linha	36,0%	64,0%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

De um modo geral os dados indicam que as atividades informais têm uma elevada taxa de rotatividade, no entanto, algumas atividades informais também permitem alguma estabilidade (como no caso dos lavradores, muitos estão nesta atividade há mais de 15 anos).

A hipótese de que os informais permanecem por pouco tempo em suas atividades é significativa, pois o tempo de serviço dos informais normalmente é de menos de 1 ano de serviço. Isto se deve ao fato desses exercerem atividades precárias (bicos, empregos temporários etc.).

**Tabela 43 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme o Tempo de Serviço - Feira de Santana - 1995**

Tempo de Serviço	Formais		Informais		Total
	Freqüência Observada	Freqüência Esperada	Freqüência Observada	Freqüência Esperada	
	Menos de 1 ano	55,0	75,9	156,0	
De 1 a 3 anos	29,0	29,5	53,0	52,5	82,0
De 3 a 5 anos	40,0	32,4	50,0	57,6	90,0
De 5 a 15 anos	74,0	59,7	92,0	106,3	166,0
Mais de 15 anos	40,0	40,6	73,0	72,4	113,0
Total	238,0	238,0	424,0	424,0	662,0

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

H<sub>0</sub>: A proporção de trabalhadores formais com menos de 1 ano de serviço é a mesma de trabalhadores informais com menos de 1 ano de serviço, a qual é mesma de todos os trabalhadores com menos de 1 ano de serviço, o mesmo se verificando nas demais faixas de tempo de serviço.

$$gl = (5 - 1)(2-1) = 4$$

$$\chi^2 = 17,2$$

$$\chi^2 \text{ crítico } (gl = 4, \alpha = 5\%) = 9,5$$

O teste de hipóteses para os várias faixas de tempo de serviço mostram que as proporções para formais e informais não se revelam iguais ao nível de significância de 5%. O resultado do teste permite concluir que os formais são mais estáveis que os informais.

#### **5.2.3.6 Tamanho da Empresa**

O tamanho da empresa é dado aqui em termos do número de pessoas ocupadas dentro da empresa, no caso de pessoas que trabalham em uma empresa, mas foram contratadas por outra, considera-se a empresa que o contratou.

Observe que esses dados representam a percepção dos ocupados em relação ao tamanho do local onde trabalham, que permitem algumas conclusões sobre o tamanho da empresa de acordo com a visão do entrevistado.

Os dados indicam, conforme a Tabela 44, que 9,2% das empresas são familiares, logo estas estão claramente inseridas no setor informal, o grande percentual de empresas é de 1 a 5 ocupados, aí estão inseridos 51,5% dos ocupados entrevistados, 22,4% estão em empresas com 6 a 49 ocupados, as quais são consideradas pequenas empresas, e as média e grandes empresas agregam 16,9% dos ocupados. Todos os percentuais são claramente significativos, mostrando a realidade de uma cidade de médio porte como Feira de Santana.

**Tabela 44 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme o número de Pessoas Ocupadas na Empresa - Feira de Santana - 1995**

Nº de Pessoas Ocupadas	Formais	Informais	Total
Trabalho Familiar	0,0%	100,0%	100,0%
	0,0%	14,4%	9,2%
1 a 5 ocupados	12,9%	87,1%	100,0%
	18,5%	70,0%	51,5%
6 a 49 ocupados	63,5%	36,5%	100,0%
	39,5%	12,7%	22,4%
Mais de 50 ocupados	89,3%	10,7%	100,0%
	42,0%	2,8%	16,9%
Total % de linha	36,0%	64,0%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Os informais estão principalmente inseridos nas empresas familiares e nas microempresas (1 a 5 empregados) estes perfazem um percentual de 84,4%. Por outro lado, os formais estão principalmente inseridos nas grandes empresas (42%), enquanto que apenas 18,5% estão nas microempresas.

**Tabela 45 - Distribuição dos Ocupados por Tamanho da Empresa conforme a Jornada de Trabalho - Feira de Santana - 1995**

Nº de Pessoas Ocupadas	Menos de 40 horas	De 40 a 47 horas	Mais de 47 horas	Total
Trabalho familiar	41,0%	21,3%	37,7%	100,0%
	16,2%	6,7%	7,3%	9,2%
1 a 5 ocupados	22,3%	21,4%	56,3%	100,0%
	49,4%	37,8%	61,0%	51,5%
6 a 49 ocupados	13,5%	43,9%	42,6%	100,0%
	13,0%	33,7%	20,0%	22,4%
Mais de 50 ocupados	29,5%	37,5%	33,0%	100,0%
	21,4%	21,8%	11,7%	16,9%
Total % de linha	23,3%	29,2%	47,6%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Uma outra linha de análise, permite que se analise as horas trabalhadas em cada categoria de empresa (de acordo com o tamanho desta). Assim observa-se que as pessoas que trabalham menos de 40 horas estão inseridas principalmente nas microempresas (49,4%). Os trabalhadores com jornada entre 40 e 47 horas semanais trabalham, principalmente, em pequenas, médias e grandes empresas. E aqueles que trabalham mais de 47 horas semanais trabalham, principalmente, em microempresas (61%).



### 5.2.3.7 Jornada de Trabalho

A jornada de trabalho<sup>61</sup> é um aspecto importante para a análise do mercado de trabalho.<sup>62</sup>

A tabela a seguir mostra que a jornada de trabalho mais freqüente para o MFS é na faixa de 40 a 47 horas semanais (29,2%), sendo a faixa de menos de 30 a 39 horas a de menor freqüência (9,7%). Portanto, mais de 2/3 dos ocupados trabalham mais de 40 horas semanais.<sup>63</sup>

**Tabela 46 Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Jornada de Trabalho - Feira de Santana - 1995**

Jornada Semanal	Formais	Informais	Total
Menos de 29 horas	19,2%	80,8%	100,0%
	9,7%	22,9%	18,1%
De 30 a 39 horas	35,9%	64,1%	100,0%
	9,7%	9,7%	9,7%
De 40 a 47 horas	47,2%	52,8%	100,0%
	38,2%	24,1%	29,2%
De 48 a 60 horas	41,7%	58,3%	100,0%
	31,5%	24,8%	27,2%
Mais de 61 horas	24,8%	75,2%	100,0%
	10,9%	18,6%	15,9%
Total % de linha	36,0%	64,0%	100,0%
Total % de coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Dos trabalhadores inseridos no setor informal 43,4% possuem uma jornada de trabalho que tem mais de 48 horas semanais, esta é considerada uma elevada jornada de trabalho, enquanto 42,4% de formais têm esta jornada. Isto mostra que ambos os setores não possuem diferenças significativas, exceto, é claro, no caso de atividades com menos de 29 horas semanais, onde as atividades normalmente possuem características informais.

Supõe-se que a jornada de trabalho depende da situação ocupacional do trabalhador assim se este trabalha no setor informal este pode ter jornadas de trabalho bem reduzidas ou bem altas, pois o setor informal permite uma maior flexibilidade para os trabalhadores, principalmente, os conta próprias. Observa-se que daqueles que trabalham

<sup>61</sup> Nesta seção usou-se a jornada de trabalho da atividade principal do trabalhador (em horas por semana).

<sup>62</sup> Nas últimas décadas a jornada de trabalho tem sido objeto de negociações coletivas, o que provocou regulamentação por parte do governo em forma de lei. No Brasil, a jornada era de 48 horas/semana, após a promulgação da nova Constituição, em 1988, esta foi reduzida para 44 horas, a mesma é flexível para aquelas atividades que exigem uma reduzida carga de horas trabalhadas (digitação, atividades com equipamentos radioativos etc).

<sup>63</sup> Isto confirma a hipótese de alguns autores (AZEVEDO, 1992) que negam a "propalada preguiça dos baianos", pois estes trabalham em média (ou mediana) 44 horas semanais, a jornada oficial para trabalhadores no país.

menos de 29 horas semanais 80,8% são informais, e dos que trabalham mais de 61 horas semanais, 75,2% são informais.

**Tabela 47 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Jornada de Trabalho - Feira de Santana - 1995**

Jornada Semanal	Formais		Informais		Total
	Frequência Observada	Frequência Esperada	Frequência Observada	Frequência Esperada	
Menos de 29 horas	23,0	43,1	97,0	76,9	120,0
De 30 a 39 horas	23,0	23,0	41,0	41,0	64,0
De 40 a 47 horas	91,0	69,4	102,0	123,6	193,0
De 48 a 60 horas	75,0	64,7	105,0	115,3	180,0
Mais de 61 horas	26,0	37,7	79,0	67,3	105,0
Total Global	238,0	238,0	424,0	424,0	662,0

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

$H_0$ : A proporção de trabalhadores formais que trabalham menos de 29 horas semanais é a mesma de trabalhadores informais que têm a mesma jornada e de os todos trabalhadores. O mesmo é verificado nas demais faixas de jornada de trabalho.

$$gl = (5 - 1)(2 - 1) = 4$$

$$\chi^2 = 36,6$$

$$\chi^2 \text{ crítico } (gl = 4, \alpha = 5\%) = 9,5$$

A aplicação do teste indica que existe diferença significativa entre as jornadas de trabalho dos formais e informais. Os informais têm uma jornada de trabalho maior do que a dos formais, pois sua renda, na maioria das vezes varia conforme o número de horas trabalhadas, ou seja, quanto maior a jornada de trabalho maior será renda.<sup>64</sup>

<sup>64</sup> A respeito da variação da jornada conforme a renda é analisado na seção que trata dos rendimentos.

**Tabela 48 - Estatística Descritiva para a Distribuição dos Formais e Informais conforme a Jornada de Trabalho - Feira de Santana - 1995.**

Medidas de Posição e de Dispersão	Formais	Informais
Média	45,9	45,5
Mediana	44,0	44,0
Modo	40,0	40,0
Desvio padrão	16,4	21,3
Assimetria	1,2	0,6
Mínimo	5,0	3,0
Máximo	126,0	112,0
1º Quartil	40,0	30,0
3º Quartil	49,0	60,0
Coefficiente de Variação	0,4	0,5

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Observa-se na Tabela 48, que mostra a estatística descritiva para os setores formal e informal, que nos dois setores a mediana da jornada é 44 horas semanais, o que realmente representa a realidade da maioria das ocupações, principalmente na indústria e no comércio. A assimetria das distribuições são assimétricas positivas. E verifica-se que os informais têm uma maior dispersão em termos de jornadas pois como foi observado acima os informais tanto têm jornadas curtas - menos de 29 horas - como têm elevadas jornadas - mais de 60 horas.

#### **5.2.3.8 Rendimento**

Os dados sobre a distribuição de renda no MFS, no ano de 1995, espelham, antes de tudo, o conhecido quadro de desigualdades sociais que caracteriza o modelo de desenvolvimento brasileiro.

Em quaisquer das formas em que se apresentem distribuições por classes de renda das pessoas economicamente ativa, dos ocupados, as estatísticas mostram que se mantêm inalterados os desníveis de renda, observando-se uma concentração de renda nas mãos de poucos que se situam no estrato de renda mais elevado - no caso da pesquisa mais de 10 salários mínimos (SMs)<sup>65</sup>.

Essa tendência é evidente quando se observa a distribuição da PEA por classes de renda e o rendimento real de cada classe.

Em primeiro lugar, aparece a elevada proporção de pessoas classificadas como "sem rendimento" - 19,2%. Este dado é parcialmente explicado pela própria estrutura etária da

<sup>65</sup> O Salário Mínimo no Brasil durante às entrevistas era de 100,00 reais.

população regional, mas é revelador também das dificuldades encontradas por segmentos significativos da mão-de-obra de se inserirem, com alguma remuneração, no mercado de trabalho, bem como das características deste mercado, no qual ainda é significativo o trabalho não remunerado, como o da produção familiar. Estes números revelam, portanto uma elevada taxa de dependência, ou seja, quase metade da população feirense depende, para sobreviver, do trabalho mal remunerado do restante.

**Tabela 49 - Distribuição da PEA e da Participação na Renda conforme Classe de Renda - Feira de Santana - 1995**

Classe de Renda <sup>66</sup>	PEA		Participação da Renda	
	Frequência Relativa	Frequência Acumulada	Frequência Relativa	Frequência Acumulada
Sem Rendimento	19,2%	19,2%	0,0%	0,0%
Menos de R\$100,00	14,7%	33,9%	3,1%	3,1%
Entre R\$100,00 e R\$300,00	42,2%	76,0%	24,3%	27,4%
Entre R\$300,00 e R\$500,00	8,7%	84,7%	11,5%	38,9%
Entre R\$500,00 e R\$1000,00	8,5%	93,2%	19,9%	58,8%
Mais de R\$1000,00	6,8%	100,0%	41,2%	100,0%
Total Global	100,0%		100,0%	

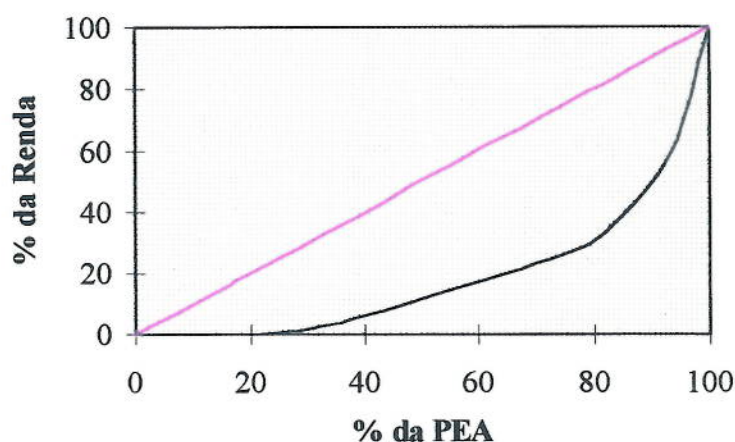
Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Por sua vez, é provável que a proporção dos “sem rendimento” tenha caído nos últimos anos, devido às mudanças na organização da produção e na estrutura etária como, provavelmente, a necessidade das famílias de ampliar o número de membros que aportam contribuição à renda familiar.

Quanto à parcela dos que têm renda, a Tabela 49 permite tirar algumas conclusões, que destacam algumas mudanças observadas no quadro de apropriação de renda, em Feira de Santana. Observa-se que 14,7% da PEA ganha menos do equivalente a um salário mínimo, isto mostra que um relativo número de pessoas são forçadas a se integrar no mercado de trabalho, mesmo que em troca de ínfimos rendimentos. Na classe de renda entre 1 e 3 salários mínimos encontram-se 42,2% da PEA, e nota-se também que a proporção de renda apropriada pelas pessoas que se situam nesta classe é de 24,3%. Observa-se que 27,4% da renda é apropriada pelas pessoas que recebem entre 0 a 3 salários mínimos.

<sup>66</sup> No texto é apresentado o termo “classes de renda” o qual é a soma dos rendimentos (inclusive de aposentadorias, pensões e outras rendas) de todas as atividades do indivíduo, mas provém geralmente de uma só atividade. O termo “classes de salário” corresponde, somente, ao salário da atividade principal.

**Figura 10 - Curva de Lorenz<sup>67</sup> para a PEA conforme a Renda - Feira de Santana - 1995**



Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

A partir da classe de renda de 3 a 5 salários mínimos, a proporção de pessoas vai reduzindo, passando de 8,7% para 8,5% (5 a 10 SMs) e para 6,8% na última classe - mais de 10 SMs. Contrariamente, a participação da renda apropriada pelas pessoas de cada classe vai elevando-se de 11,5% para 19,9% e, finalmente para 41,2%. Estes dados revelam um aumento absoluto da pobreza e uma concentração ainda maior da renda (ver Figura 10 que representa a concentração de renda no MFS).

**Tabela 50 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme Classe de Renda - Feira de Santana - 1995**

Classe de Renda	Natureza da Ocupação		Total	
	Formais	Informais	Frequência Relativa	Frequência Acumulada
Entre R\$0,00 e R\$300,00	64,3%	79,7%	74,2%	74,2%
Entre R\$300,00 e R\$500,00	12,6%	7,8%	9,5%	83,7%
Entre R\$500,00 e R\$1000,00	12,6%	8,3%	9,8%	93,5%
Mais de R\$1000,00	10,5%	4,2%	6,5%	100,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

A distribuição de renda dá-se de forma desigual, também, quando se observa o setor formal e informal. Os informais têm uma elevada proporção de baixa renda, 79,7% dos

<sup>67</sup> A curva de Lorenz é uma representação gráfica da distribuição da renda. A linha ascendente a partir do ponto 0, com ângulo de 45°, o que representa a curva de distribuição ideal da renda ou de igualdade absoluta. A representação da renda real sobre esse gráfico mostrará como se distribuem os diferentes grupos de pessoas em relação a essa distribuição ideal. A curva serve, portanto, para medir o grau de desigualdade entre os limites opostos da distribuição de renda.

informais recebem o equivalente a faixa entre 0 e 3 SMs, enquanto que 64,3% dos formais estão nesta mesma classe. Nas demais faixas de salários os formais têm percentuais superiores aos do setor informal. Conclui-se então que os formais percebem rendas superiores aos dos informais.

A Tabela 50 mostra que cerca de 74,2% da população ocupada recebe menos de 3 SMs, enquanto que apenas 6,5% recebe mais de 10 SMs.

A participação ainda reduzida da mulher no mercado de trabalho, no MFS, assim como os espaços que nele encontra e as formas da sua inserção vão determinar a sua participação na renda total; ou seja, o fato de que as mulheres representam 52,5% do contingente economicamente ativo da população feirense, ainda elevada proporção de mulheres trabalhadoras - sobretudo na lavoura - na condição de “membros não remunerados da família” e a maciça presença feminina nas posições mais mal remuneradas do mercado de trabalho explicam porque, a parcela da renda apropriada pelas mulheres não atinge  $\frac{1}{4}$  da renda total.

**Tabela 51 Renda Média dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme o Gênero - Feira de Santana - 1995**

Gênero	Formais	Informais	Total
Mulheres	239,49	113,97	153,95
Homens	517,52	266,08	363,58
Total	417,06	200,07	278,08

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Os dados sobre renda para as mulheres, indica que a renda média das mulheres está abaixo da renda média dos homens, em todos os setores do mercado de trabalho. De um modo geral, as mulheres têm uma renda média que fica por volta de 1,5 salário mínimo, os homens recebem mais do dobro desta. A diferença entre a renda para homens e mulheres reduz-se um pouco no setor formal. Estes dados expressam a situação de inferioridade a que está submetida a maioria das mulheres no mercado de trabalho.

Constata-se, portanto, que não obstante muitas mulheres tenham logrado conquistas nas últimas décadas, posições mais bem remuneradas no mercado de trabalho, o caráter das mudanças que, no plano da economia, abriu espaço para uma crescente inserção feminina neste mercado, levou esta inserção a assumir, para a maioria, uma forma ainda mais

precária que a dos homens, contribuindo para deprimir os já reduzidos rendimentos médios dos feirenses.

Sem ignorar a importância das mudanças sociais e culturais, sobretudo nos planos da família e dos valores, que impulsionam a saída da mulher do espaço privado e a sua luta pela conquista de um lugar no espaço público, na qual a independência econômica é determinante, parece claro que, para a maioria, o trabalho, mesmo que em troca de rendimentos, quase sempre inferiores aos dos homens, do sacrifício da educação dos filhos e do comprometimento da própria saúde, pelo esticamento da jornada de trabalho, é, antes de mais nada, condição essencial à sobrevivência. Isto se mostra evidente no crescente número de famílias chefiadas por mulheres, mas, também, nas famílias chefiadas por homens cujos rendimentos não são suficientes para assegurar a cobertura das despesas mais essenciais.

**Tabela 52 Teste-t: Duas Amostras Presumindo Variâncias Diferentes**

	Formal	Informal
Média	417,1	200,1
Variância	414352,0	79224,1
Observações	238,0	424,0
Hipótese da diferença de média ( $H_0: \mu_1 = \mu_0$ )	0,0	
gl	289,0	
Stat t	4,9	
P(T<=t) uni-caudal	0,0	
t crítico uni-caudal	1,7	
P(T<=t) bi-caudal	0,0	
t crítico bi-caudal	2,0	

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

O teste estatístico acima indica que as rendas médias para formais e informais são diferentes, o que confirma a hipótese de que a renda média das mulheres está abaixo da renda média dos homens.

Já a comparação dos rendimentos médios mensais dos vários grupos raciais mostra que, no conjunto da população trabalhadora, os brancos ganhavam, em média, quase o dobro dos pretos e 1 SM a mais do que os pardos. Estas diferenças, muito maiores que as existentes entre os rendimentos médios de cada classe, explicam-se pela elevada proporção de brancos situados nas classes de renda mais altas, o que puxa para cima a média do rendimento do total de pessoas incluídas neste grupo.

A determinação deste quadro está, é óbvio, na historicamente reiterada negação, à população negra e sobretudo à parcela de “cor” preta, das condições mínimas necessárias à disputa de posições melhor situadas no mercado de trabalho e da propriedade.

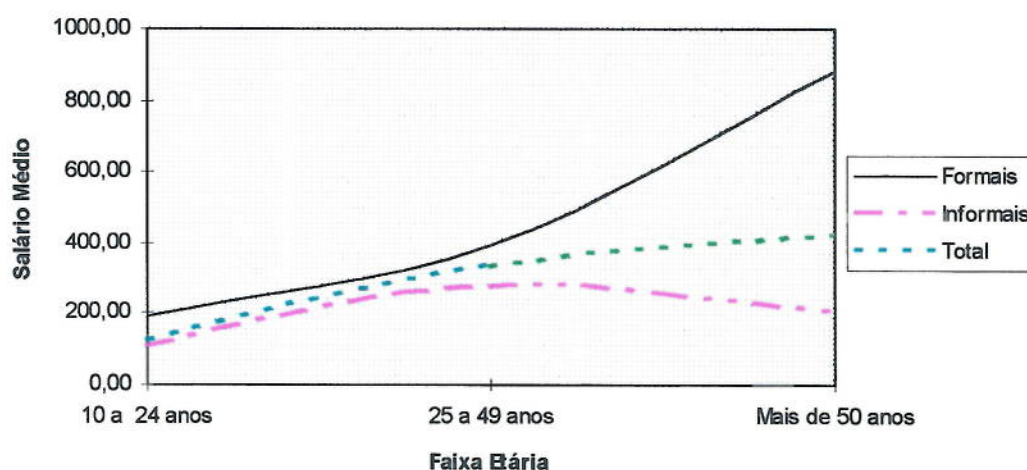
**Tabela 53 - Renda Média dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Cor - Feira de Santana - 1995**

Cor	Formais	Informais	Total
Branca	507,26	268,93	362,92
Parda	391,68	179,16	258,70
Preta	232,17	143,46	164,07
Total	417,06	200,07	278,08

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Quando se analisam as faixas etárias conforme a renda média, nota-se que tanto no setor formal, como no informal, à medida que os trabalhadores tornam-se mais velhos, maior é a renda média percebida, principalmente no setor formal. É interessante observar que para aqueles acima dos 50 anos a renda média percebida pelos formais é bastante elevada, comparada a todas as rendas percebidas.

**Figura 11 - Renda Média dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Faixa Etária - Feira de Santana - 1995**



Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

A renda normalmente tende a crescer com a idade, uma parte do diferencial de remuneração observado entre formais e informais provém certamente dessas diferenças de idade, já que no setor informal é maior o percentual de jovens.

Na análise da educação em termos de rendimento, espera-se geralmente que o nível de remuneração cresça com o nível de instrução da pessoa: este sendo nitidamente mais



elevado para os trabalhadores formais do que para os informais, a superioridade da renda da primeira não pode ser simplesmente atribuída à informalidade, mas deve ser causada pelo menos em parte pelo diferencial de nível de instrução.

**Tabela 54 - Renda Média dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme Anos de Estudo - Feira de Santana - 1995**

Anos de Estudo	Formais	Informais	Total
Nenhum	343,27	125,56	164,19
1 a 4 anos	290,78	133,44	169,46
5 a 8 anos	358,35	233,80	274,23
9 a 11 anos	476,52	319,33	408,77
Mais de 11 anos	696,59	575,00	673,43
Total	417,06	200,07	278,08

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Uma outra perspectiva de abordagem da questão da renda é oferecida pelos dados sobre o rendimento das pessoas ocupadas. Neste caso, é possível observar a renda média das pessoas, no período de referência da pesquisa, de acordo com o setor de atividade.

Os dados da Tabela 55 mostram que a dispersão da renda conforme os setores de atividade é elevada, a maior dispersão está na agropecuária que tem a menor renda média, isto porque, as rendas das pessoas inseridas na agropecuária têm uma variação muito elevada.

Por outro lado, a menor dispersão da renda média entre os setores de atividade encontra-se no serviço doméstico, onde a renda média é cerca de 0,8 SM. Isto significa dizer que os trabalhadores domésticos no MFS percebem, em sua maioria, por volta de 1 SM, não se distanciando muito da sua média.

A renda média mais significativa é verificada na administração pública, no entanto o coeficiente de variação indica que existe uma dispersão relativamente elevada em torno da média.

**Tabela 55 - Renda Média dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme Setor de Atividade - Feira de Santana - 1995**

Setor de Atividade Econômica	Média	Coefficiente de Variação
Agropecuária	58,74	1,5977
Indústria de Transformação	235,96	1,1224
Construção Civil	230,59	1,1174
Comércio	389,31	1,5377
Alojamento e Alimentação	242,27	1,2116
Transporte	374,06	1,0779
Administração Pública	464,71	1,0589
Educação	185,77	0,9761
Serviço Doméstico	82,49	0,7147
Outros	409,67	1,5862
Total Média	278,08	1,6484

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Para avaliar se as diferenças detectadas entre as variáveis em análise são representativas para todo o universo dos ocupados no mercado de trabalho do MFS e não atribuídas ao acaso, faz-se uso da análise de variância, a qual procura comparar os salários médios por anos de estudo conforme as classes de salários.

O Quadro 4 apresenta a análise da variância para estes dados expressos através do valor de F. As hipóteses de nulidade dizem respeito às diferenças entre as médias dos anos de estudo e das classes de salários. Neste caso, chega-se a conclusão de que existe uma significativa diferença nos salários médios da população ocupada entre as diversas classes de salários, no entanto não se observa uma significativa diferença no salário médio da população ocupada para as diferentes faixas de anos de estudo, dado que a razão F calculada está na área de aceitação da hipótese nula, assim pode-se dizer que não há diferença entre os anos de estudo em termos de rendimentos, este resultado vai de encontro a teoria do capital humano a qual coloca que o rendimento varia de acordo com os anos de estudo do trabalhador. Lopes (1994) em seu texto afirma: "... Fica evidente que quanto maior o nível de escolaridade (em anos de estudo) maior é o rendimento médio dos ocupados na RMS"<sup>68</sup>(Ver Apêndice 6)

<sup>68</sup> Observa-se que o Quadrado Médio (QM) das colunas é maior do que QM do erro, isto significa dizer que a dispersão entre anos de estudo é maior do que a dispersão esperada.

**Quadro 4- Análise de Variância da Variável Salário Médio - Feira de Santana - 1995**

Fator	Valor de F
Classe de Salário	2,7
Anos de Estudo	2,9
Posição na Ocupação	4,8
Faixa Etária	5,1
Posição na Ocupação	3,5
Anos de Estudo	3,3
Classe de Salário	3,3
Faixa Etária	4,1
Classe de Salário	2,9
Posição na Ocupação	3,3

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

Ao testar a posição na ocupação e as faixas etárias em relação a renda média (Apêndice 7), observa-se que usando o nível de significância de 5%, a razão F requerida para a rejeição da primeira hipótese nula, de que não há diferenças dos salários médios para as diferentes posições na ocupação, é = 4,8 (gl = 3, 6), enquanto que a razão F requerida para a segunda hipótese nula, onde supõe-se que não há diferença de salários para as diversas faixas etárias, é = 5,1 (gl = 2, 6). Como a razão F calculada para  $H_0: \alpha_k = 0$  e  $H_0: \beta_j = 0$  não está na região de rejeição da hipótese nula (Ver Quadro 4). Confirma-se, então, a hipótese de nulidade de que não há uma diferença significativa na renda média para as diferentes posições na ocupação e que não há uma importante diferença na renda média para as diversas faixas etárias.

Na análise dos salários médios da posição da ocupação conforme os anos de estudo em função da renda média (Apêndice 8), observa-se que não há nenhuma diferença significativa com relação aos anos de estudo, mas que há uma diferença nos salários médios com relação à posição na ocupação (contrariamente ao teste anterior que não evidencia uma diferença de salários médios para as diferentes posições na ocupação).<sup>69</sup>

O Quadro 4 mostra classes de salário e faixas etárias sobre os rendimentos, indica um valor de F para linha notadamente significativo, confirmando o resultado colocado anteriormente, no Apêndice 6, acerca da diferença nos salários médios para as diversas classes de salário, sendo que o valor de F no teste com a idade foi maior do que neste caso. Isto revela

<sup>69</sup> Uma vez que QM da coluna é menor do que QM erro, pode-se observar que a dispersão entre os anos de estudo é menor do que a dispersão esperada, dado que não existem diferenças entre os salários médios para as faixas de anos de estudo.

que os efeitos do escolaridade e das classes de salário é superior ao das faixas etárias e das classes de salários.

Quando se analisa o Apêndice 9, onde também é confirmada a hipótese anterior de que as classes de salário diferem significativamente conforme os salários médios. Assim como também confirma a hipótese do Apêndice 8, de que não há uma diferença significativa dos salários médios conforme a posição na ocupação dos trabalhadores (Ver Quadro 4).

A Tabela 56 mostra a estatística descritiva dos dados sobre renda. A mediana dos informais (R\$100,00) é menor do que a dos formais (R\$200,00), a renda mais freqüente equívale ao salário mínimo. Isto é correto pois observa-se que na maioria das atividades usa-se esse valor de referência para as remunerações. Observa-se que a assimetria é positiva evidenciando uma dispersão maior para rendas acima de R\$100,00 para informais e R\$200,00 para os formais.

**Tabela 56 - Estatística Descritiva para a Distribuição dos Formais e Informais conforme a Renda - Feira de Santana - 1995**

Medidas de Posição e de Dispersão	Formal	Informal
Média	417,1	200,1
Mediana	200,0	100,0
Moda	100,0	100,0
Desvio padrão	643,7	281,5
Assimetria	4,5	3,1
Mínimo	30,0	0,0
Máximo	5000,0	2000,0
1º Quartil	126,0	50,0
3º Quartil	437,5	200,0
Coefficiente de Variação	1,5	1,4

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

A Tabela 56 ainda mostra a situação da assimetria para as distribuições; observa-se que ambas têm assimetria positiva, e que a dispersão do setor formal é maior do que a do setor informal; este fato é realmente interessante, pois esperava-se que a dispersão fosse maior entre os informais dado que suas renda dependem da produção do seu trabalho.

**Tabela 57 - Coeficientes de Variação para Idade, Educação, Jornada de Trabalho e Rendimento - Feira de Santana - 1995**

Variáveis	Formais	Informais
Idade	0,3	0,5
Educação	0,5	0,7
Jornada de Trabalho	0,3	0,5
Rendimento	1,5	1,4

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

A Tabela 57 mostra a variação que existe entre as variáveis, nos casos apresentados pode-se concluir que o rendimento é a variável que possui maior dispersão entre todas apresentadas, principalmente o rendimento dos formais, que como já foi observado anteriormente, é um fato bastante interessante dado que normalmente o setor formal apresenta um elevado percentual de assalariados, e no caso se verifica uma grande dispersão. É provável que a justificativa para este fato seja uma proporção elevada de ocupados do setor formal percebendo elevado rendimento. A Tabela 50 comprova esta hipótese, pois observa-se nesta que 10,5% dos formais recebem mais de 10 salários mínimos enquanto que apenas 4,2% dos informais percebem esta mesma renda.

Por outro lado, observa-se que as variáveis que possuem a menor dispersão é a idade e a jornada de trabalho dos formais. No caso da idade é porque a idade dos formais está mais concentrada entre 29 e 39 anos, o que reduz bastante a dispersão da idade. Do mesmo modo é a jornada de trabalho dos formais que é para a maioria cerca de 44 horas, ou ainda, a dispersão da jornada de trabalho é realmente reduzida para a natureza da inserção, pois é muito improvável que esta tenha uma dispersão muito elevada *vis a vis* as características físicas dos trabalhadores.

## 6. CONCLUSÃO

O presente capítulo pretende condensar os principais resultados analisados no decorrer do texto, acerca da caracterização das relações formais e informais do mercado de trabalho no MFS.

Os principais tópicos abordados ao longo do texto foram:

- a) A fim de delimitar o setor informal, optou-se por considerar os trabalhadores sem carteira assinada e os trabalhadores que não contribuem com a previdência, ressalvadas algumas condições de inserção nas atividades precárias com relação a remuneração, ao tamanho da empresa/negócio e ao local onde é realizada a atividade.
- b) No mercado de trabalho do MFS, observa-se que a PIA é composta por 36,5% de inativos, onde a maioria é formada por jovens estudantes; 13,7% de desempregados, incluindo-se desempregados aberto e por trabalho precário; e 49,8% de ocupados. A taxa de desemprego do município é de 21,6% enquanto que a taxa de atividade é de 63,5%. Os homens participam mais ativamente do mercado de trabalho do que as mulheres.
- c) A partir dos dados analisados, pode-se estimar o tamanho da informalidade no MFS em 64% dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho. Isto significa dizer que em 1995, o setor informal absorvia quase que 2/3 dos trabalhadores da região.
- d) Das mulheres que trabalham, a maioria está inserida no setor informal (68,1%). No entanto o percentual de homens é muito mais significativo em ambos os setores - 63,9% no setor formal e 56,6% no setor informal. No entanto, ao realizar-se o teste estatístico, com o objetivo de comprovar a hipótese nula de que não há diferenças entre as proporções da relação formal/informal, esta foi comprovada, logo não se pode sustentar a hipótese de que as mulheres são predominantemente informais.
- e) Em termos da composição racial verifica-se que a taxa de desemprego é maior entre os pretos (24,4%) e os pardos (23%), estas taxas são maiores do que a taxa de desemprego para todo o mercado de trabalho. Enquanto que a taxa de desemprego para os brancos é de 17,9%. Em tese, os pretos estão inseridos principalmente no

setor informal. Estas afirmações dão conta de que ainda existe preferência por parte dos patrões quanto a cor dos empregados, preferindo admitir pessoas brancas e pardas a trabalhadores pretos.

- f) Quando se observa a distribuição dos ocupados quanto as faixas etárias observa-se que 37,7% dos jovens de 10 a 24 anos são informais. A partir dos 39 anos de idade, o percentual de pessoas inseridas no setor informal vai decrescendo, e torna a se elevar, chegando a 16,5% na faixa de mais de 50 anos. No caso dos formais, o percentual cresce de acordo com a idade. Assim, são poucos na primeira faixa etária (10 a 24 anos), cerca de 20,6% chegando a um percentual máximo entre os 30 e 39 anos (33,6%). A partir daí passa a decrescer chegando a 13,5% na faixa de mais de 50 anos. De um modo geral, os jovens começam a trabalhar desde cedo, inserindo-se inicialmente em atividades informais, quando chegam a idade adulta, são engajados no setor formal. Este percurso representa um “ciclo” onde a inserção formal/informal se dá de acordo com as faixas etárias. Esta hipótese é comprovada estatisticamente.
- g) A análise por nível de educação, revela que quanto menor o número de anos de estudo maior o percentual de informais, por outro lado, quanto maior o número de anos de estudo maior o percentual de formais. De fato, observa-se que a mediana dos anos de estudo para os formais é de 8 anos de estudo e para os informais é de 4,5, confirmando a afirmação de melhores níveis de escolaridade para os formais.
- h) Com relação a migração observa-se que a taxa de desemprego entre migrantes é de 18,8%. Essa taxa é inferior àquela observada para todo o mercado de trabalho, enquanto que a taxa de participação é de 67,8%, superior àquela visualizada para o município. Esse quadro mostra que a situação dos migrantes em termos de emprego é mais satisfatória do que a verificada para todos os trabalhadores do MFS.
- i) A informalidade é maior entre os baianos do que entre aqueles que vieram de outros Estados ou países. No setor informal tem-se 85,1% de baianos e 14,9% de trabalhadores oriundos de outros Estados/Paises, sendo que 9,6% são nordestinos.
- j) Na análise das relações de trabalho por setores de atividade, observa-se que a informalidade está muito mais presente na agropecuária do que nos demais setores,

pois as pessoas inseridas neste ramo, por viverem principalmente na área rural, têm uma maior probabilidade de inserirem-se em atividades agropecuárias.

- k) Verifica-se que 36,8% dos informais têm menos de 1 ano de serviço, este percentual é bastante significativo, sendo comprovado estatisticamente. As atividades informais são muito rotativas, algumas pelo seu próprio de caráter de inserção (pedreiros, eletricitas, carpinteiros etc).
- l) Os informais estão principalmente inseridos em empresas familiares e em microempresas, perfazendo um percentual de 84,4%, enquanto que apenas 2,8% dos informais estão inseridos em média e grande empresas.
- m) Existe discrepâncias entre as jornadas de trabalho para formais e informais, como comprovado estatisticamente. Pois a jornada de trabalho depende da posição ocupacional do trabalhador, e como as atividades informais são mais flexíveis, permitem jornadas bem diferenciadas.
- n) A distribuição da renda dá-se de forma desigual quando se observa as relações formais/informais. É elevada a proporção de informais com baixa renda, 79,7% dos informais recebem menos de 3 SMs, enquanto que 64,3% dos formais estão nesta classe. O teste estatístico para testar a diferença dos salários para os setores formal e informal indica que há realmente uma relativa diferenciação entre eles.

Quando se analisa a diferença dos salários médios para as faixas de anos de estudo e para classes de renda, observa-se que existe uma diferença significativa nos salários médios para as classes de salários, no entanto não se observa uma diferença significativa dos salários médios para as diferentes faixas de anos de estudo. Não se pode portanto confirmar para o MFS que quanto maior o nível de escolaridade maior o salário médio dos ocupados.

Os testes também demonstram que não há diferença significativos dos salários médios para as faixas etárias e para as posições na ocupação.

A pesquisa teve como objetivo discriminar as características dos setores formal e informal, assim como, do mercado de trabalho em geral; não houve neste o levantamento de uma hipótese teórica, somente hipóteses empíricas, que pudesse forçar a um melhor



embasamento teórico. Provavelmente, poderia haver um melhor aproveitamento dos dados da pesquisa, pois estes são bastante extensos, abordando quase que todos os aspectos dos trabalhadores. Um aprofundamento dos testes de hipóteses também poderia ser útil para uma melhor análise dos dados.

Apesar dessas dificuldades, o trabalho pretende ser pioneiro no estudo sobre o mercado de trabalho do MFS, e espera-se que muitas outras discussões sejam levantadas acerca deste tema, explorando não só o lado da oferta de trabalho, como também, o lado da demanda. O MFS é um excelente *laboratório* dada a sua posição no Estado, o crescimento industrial e principalmente o perfil sócio-econômico. Espera-se que esta dissertação seja estímulo para um amplo leque de pesquisas.

## 7. APÊNDICE

### Apêndice 1 - Tempo de Serviço do Desempregado na Ocupação Anterior - Feira de Santana - 1995

Tempo de Serviço	Total
Menos de 1 ano	57,7%
De 1 a 5 anos	26,9%
Mais de 5 anos	15,4%
Total	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

### Apêndice 2 - Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme a Posição na Ocupação - Feira de Santana - 1995

Posição na Ocupação	Formais	Informais	Total
Trabalhador Volante	0,0%	1,7%	1,1%
Parceiro/Meeiro	0,4%	1,2%	0,9%
Pequeno Agricultor	1,3%	6,1%	4,4%
Agropecuário	0,0%	3,3%	2,1%
Empregado Doméstico	2,1%	10,1%	7,3%
Trabalhador Doméstico	0,0%	3,3%	2,1%
Religioso	0,8%	0,2%	0,5%
Empregado	56,7%	18,2%	32,0%
Servidor Público	20,6%	0,0%	7,4%
Servidor de Estatal	2,9%	0,0%	1,1%
Empregador	5,5%	0,0%	2,0%
Microempresário	2,9%	2,6%	2,7%
Autônomo	6,7%	42,5%	29,6%
Trabalhador familiar	0,0%	10,4%	6,6%
Trabalhador sem remuneração	0,0%	0,5%	0,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

### Apêndice 3 - Distribuição dos Ocupados por Gênero conforme o Setor de Atividade - Feira de Santana - 1995

Setor de Atividade Econômica	Mulheres	Homens	Total
Agropecuária	11,1%	11,5%	11,3%
Indústria de Alimentos e Bebidas	1,1%	4,1%	2,9%
Construção Civil	0,7%	8,9%	5,6%
Comércio Atacadista	1,9%	6,6%	4,7%
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; e Comércio a Varejo de Combustíveis	0,4%	7,1%	4,4%
Comércio Varejista e Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos	16,3%	27,6%	23,0%
Alojamento e Alimentação	6,3%	1,3%	3,3%
Transporte	0,7%	6,4%	4,1%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	1,5%	3,8%	2,9%
Educação	12,6%	1,3%	5,9%
Serviços Pessoais	7,8%	0,8%	3,6%
Serviços Domésticos	23,7%	1,3%	10,4%
Outras Atividades	15,9%	19,4%	18,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

**Apêndice 4 - Teste Qui-Quadrado da Distribuição dos Inseridos nos Setores Formal e Informal conforme o Setor de Atividade - Feira de Santana - 1995**

Setor de Atividade Econômica	Formal		Informal		Total
	Freqüência	Freqüência	Freqüência	Freqüência	
	Esperada	Observada	Esperada	Observada	
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	6,0	27,5	69,0	47,5	75,0
Indústria de Transformação	43,0	31,2	42,0	53,8	85,0
Comércio; Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos	75,0	77,8	137,0	134,2	212,0
Serviços	107,0	92,1	144,0	158,9	251,0
Outras Atividades	12,0	14,3	27,0	24,7	39,0
Total Global	243,0	243,0	419,0	419,0	662,0

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

$H_0$ : A proporção de trabalhadores formais que trabalham na agropecuária é a mesma de trabalhadores informais que trabalham no mesmo setor e de os todos trabalhadores. O mesmo é verificado nos demais setores de atividade econômica.

$$gl = (5 - 1)(2 - 1) = 4$$

$$\chi^2 = 38,2$$

$$\chi^2 \text{ crítico } (gl = 4, \alpha = 5\%) = 9,5$$

**Apêndice 5 - Distribuição do Salário Médio por Classe de Salário conforme Anos de Estudo - Feira de Santana - 1995**

Classe de Salário	Nenhum	1 a 4 anos	4 a 8 anos	8 a 11 anos	11 ou mais	Total
Sem Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Menos de R\$100,00	50,93	51,87	54,05	66,67	0,00	53,55
Entre R\$100,00 e R\$300,00	138,21	151,04	155,51	160,97	189,17	154,66
Entre R\$300,00 e R\$500,00	366,67	342,14	347,06	347,50	300,00	346,35
Entre R\$500,00 e R\$1000,00	600,00	580,00	580,00	616,72	612,00	602,63
Mais de R\$1000,00	1350,00	1366,67	1860,00	1617,65	1301,83	1593,74
Total	169,66	187,90	297,60	408,77	673,43	295,02

**Anova: fator duplo sem repetição**

RESUMO	Contagem	Soma	Média	Variancia
Sem Remuneração	5	0,0	0,0	0,0
Menos de R\$100,00	5	223,5	44,7	664,6
Entre R\$100,00 e R\$300,00	5	794,9	159,0	355,4
Entre R\$300,00 e R\$500,00	5	1703,4	340,7	604,9
Entre R\$500,00 e R\$1000,00	5	2988,7	597,7	299,5
Mais de R\$1000,00	5	7496,1	1499,2	55746,4
Nenhum	6	2505,8	417,6	258425,5
1 a 4 anos	6	2491,7	415,3	262392,8
4 a 8 anos	6	2996,6	499,4	489386,0
8 a 11 anos	6	2809,5	468,3	366537,2
11 ou mais	6	2403,0	400,5	246539,3

**ANOVA**

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F critico
Linhas	7927731,1	5	1585546,2	168,1	0,0	2,7
Colunas	42010,8	4	10502,7	1,1	0,4	2,9
Erro	188672,6	20	9433,6			
Total	8158414,5	29				

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

### Apêndice 6 - Distribuição do Salário Médio por Posição na Ocupação conforme a Faixa Etária - Feira de Santana - 1995

Posição na Ocupação	10 a 24 anos	25 a 49 anos	Mais de 50 anos	Total
Empregado	132,70	282,79	269,64	221,00
Empregador	0,00	1442,86	3000,00	2161,54
Conta própria	203,47	354,67	262,80	309,44
Trabalhador sem Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	143,77	337,46	427,97	295,02

Anova: fator duplo sem repetição

RESUMO	Contagem	Soma	Média	Variancia
Empregado	3	685,1	228,4	6909,3
Empregador	3	4442,9	1481,0	2251088,4
Conta própria	3	820,9	273,6	5803,7
Trabalhador sem Remuneração	3	0,0	0,0	0,0
10 a 24 anos	4	336,2	84,0	10252,4
25 a 49 anos	4	2080,3	520,1	401888,6
Mais de 50 anos	4	3532,4	883,1	2007412,3

### ANOVA

Fonte da variação	sq	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Linhas	4011628,0	3	1337209,3	2,5	0,2	4,8
Colunas	1280571,0	2	640285,5	1,2	0,4	5,1
Erro	3247031,9	6	541172,0			
Total	8539230,8	11				

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

### Apêndice 7 - Distribuição do Salário Médio por Posição na Ocupação conforme Anos de Estudo - Feira de Santana - 1995

Posição na Ocupação	Nenhum	1 a 4 anos	4 a 8 anos	8 a 11 anos	11 ou mais	Total
Empregado	96,00	123,00	173,74	308,82	671,38	221,00
Empregador	1600,00	2100,00	3000,00	2050,00	1000,00	2161,54
Conta própria	177,39	229,24	344,63	454,23	600,00	309,44
Trabalhador sem Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	169,66	187,90	297,60	408,77	673,43	295,02

Anova: fator duplo sem repetição

RESUMO	Contagem	Soma	Média	Variância
Empregado	5	1372,9	274,6	55913,6
Empregador	5	9750,0	1950,0	540000,0
Conta própria	5	1805,5	361,1	29288,3
Trabalhador sem Remuneração	5	0,0	0,0	0,0
Nenhum	4	1873,4	468,3	574428,2
1 a 4 anos	4	2452,2	613,1	991436,3
4 a 8 anos	4	3518,4	879,6	2018073,9
8 a 11 anos	4	2813,1	703,3	841960,7
11 ou mais	4	2271,4	567,8	173652,8

### ANOVA

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Linhas	11684237,7	3	3894745,9	22,1	0,0	3,5
Colunas	386389,5	4	96597,4	0,5	0,7	3,3
Erro	2114418,1	12	176201,5			

Total 14185045,3 19

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

### Apêndice 8 - Distribuição do Salário Médio por Classe de Salário conforme a Faixa Etária - Feira de Santana - 1995

Classe de Salário	10 a 24 anos	25 a 49 anos	Mais de 50 anos	Total
Sem Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Menos de R\$100,00	54,51	54,53	47,32	53,55
Entre R\$100,00 e R\$300,00	137,65	161,93	159,98	154,66
Entre R\$300,00 e R\$500,00	350,00	341,33	366,00	346,35
Entre R\$500,00 e R\$1000,00	566,67	612,90	557,14	602,63
Mais de R\$1000,00	1366,67	1375,71	2159,25	1593,74
Total	143,77	337,46	427,97	295,02

Anova: fator duplo sem repetição

RESUMO	Contagem	Soma	Média	Variancia
Sem Remuneração	3	0,0	0,0	0,0
Menos de R\$100,00	3	156,4	52,1	17,3
Entre R\$100,00 e R\$300,00	3	459,6	153,2	182,0
Entre R\$300,00 e R\$500,00	3	1057,3	352,4	156,6
Entre R\$500,00 e R\$1000,00	3	1736,7	578,9	889,6
Mais de R\$1000,00	3	4901,6	1633,9	207033,1
10 a 24 anos	6	2475,5	412,6	262392,2
25 a 49 anos	6	2546,4	424,4	266647,9
Mais de 50 anos	6	3289,7	548,3	666176,4

ANOVA

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Linhas	5627324,7	5	1125464,9	32,3	0,0	3,3
Colunas	67799,6	2	33899,8	1,0	0,4	4,1
Erro	348757,7	10	34875,8			

Total 6043881,989 17

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo



**Apêndice 9 - Distribuição do Salário Médio por Classe de Salário conforme a Posição na Ocupação - Feira de Santana - 1995**

Classe de Salário	Empregado	Empregador	Conta própria	Trab. sem Remuneração	Total
Sem Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Menos De R\$100,00	57,59	0,00	47,42	0,00	53,55
Entre R\$100,00 E R\$300,00	150,09	0,00	162,84	0,00	154,66
Entre R\$300,00 E R\$500,00	360,69	0,00	334,12	0,00	346,35
Entre R\$500,00 E R\$1000,00	616,58	800,00	587,89	0,00	602,63
Mais De R\$1000,00	1437,36	2275,00	1271,00	0,00	1593,74
Total	221,00	2161,54	309,44	0,00	295,02

Anova: fator duplo sem repetição

RESUMO	Contagem	Soma	Média	Variância
Sem Remuneração	4	0,0	0,0	0,0
Menos de R\$100,00	4	105,0	26,3	936,1
Entre R\$100,00 e R\$300,00	4	312,9	78,2	8187,7
Entre R\$300,00 e R\$500,00	4	694,8	173,7	40347,4
Entre R\$500,00 e R\$1000,00	4	2004,5	501,1	120436,9
Mais de R\$1000,00	4	4983,4	1245,8	882867,3
Empregado	6	2622,3	437,1	291207,7
Empregador	6	3075,0	512,5	847937,5
Conta própria	6	2403,3	400,5	227768,0
Trab. Sem Remuneração	6	0,0	0,0	0,0

ANOVA

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Linhas	4626738,6	5	925347,7	6,3	0,0	2,9
Colunas	950499,0	3	316833,0	2,2	0,1	3,3
Erro	2207827,4	15	147188,5			
Total	7785065,1	23				

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de Campo

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADEO, E, BARROS, R.P., CAMARGO, J.M., GONZAGA, G. MENDONÇA, R. A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980. In: **Instituições trabalhistas e a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994, (Série Seminários nº 11/94). 49p.
- AMADEO, E.J. e MATHIEU, H. O estado e a sociedade civil organizada: Políticas de mercado de trabalho e relações capital-trabalho no Brasil. In: **Instituições trabalhistas e a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994, (Série Seminários nº 11/94). 24p.
- AMATO NETO, J. Reestruturação industrial, terceirização e redes de subcontratação. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: FGV, v. 35, n. 2, p. 33-42, mar/abr. 1995.
- AZEVEDO, J.S.G. Algumas investigações sobre os ocupados na indústria da região metropolitana de Salvador. **Força de Trabalho e Emprego**. Salvador: CIT/CRT, v. 10, n.1, p. 22-28, 1992.
- BAHIA Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. **Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé - CIS**; Feira de Santana. Salvador: SIC/CIS, 1985, 78p
- BAHIA. Centro de Estatística e Informação (CEI). **Indicadores econômicos sociais na década de 80**. Salvador: CEI, 1992, 160 p. (Séries Especiais CEI, 5).
- BAHIA. Centro de Estatística e Informações (CEI). **Informações básicas dos municípios baianos: região do Paraguaçu**, Salvador: CEI, p. 237-257, 1994.
- BARROS, R., CRUZ, L.E., MENDONÇA, R., NERI, M. **Em busca de um núcleo comum para as pesquisas domiciliares sobre emprego e desemprego**. 1996. 28p. (mimeo).
- BIVAR, W.S.B. **Aspectos da estrutura do desemprego no Brasil: composição por sexo e duração**. Rio de Janeiro: BNDES/FINAME/BNDESPAR, 1993. 101p. (Dissertação de Mestrado, PUC-RJ).
- BORGES, A., DRUCK, M.G. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 19, 1993.
- BUSSAB, W.O. **Análise de variância e de regressão**. São Paulo: Atual, 1986.
- BUSSAB, W. O. e MORETTIN, P.A. **Estatística básica**. 4ª ed. São Paulo: Atual, 1987. 321p.
- CACCIAMALI, M.C. **Setor informal e formas de participação na produção**. São Paulo: IPE/USP, 1983, 144p (Série Ensaio Econômicos, 20).

- \_\_\_\_\_ Expansão no mercado de trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE/USP, v. 19, 1989a, p. 25-48, (nº especial).
- \_\_\_\_\_ **Informalização recente do mercado de trabalho no Brasil**. Brasília: Ministério do Trabalho, Secretaria de Emprego e Salários, 1989b, (Texto para discussão interna, 19)
- \_\_\_\_\_ As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J.M. e GIAMBIAGI, F. (org) **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_ A economia informal 20 anos depois. **Indicadores econômicos FEE**. Análise Conjuntural, Porto Alegre, RS: FEE, v. 21, n. 4, p. 217-232, abr. 1994.
- CACCIAMALI, M.C., FERNANDES, R. Distribuição dos trabalhadores e diferenciais de salários entre os mercados de trabalho regulamentado e não-regulamentado. **Pesquisa de Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro: IPEA, v. 23, n. 1, p. 135-156, abr. 1993.
- CAMARGO, J.M., BARROS, R.P. As causas da pobreza no Brasil: Porca miséria! In: **Perspectiva da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, p.525-544, 1992.
- CAMARGO, J.M., RAMOS, C.A. **A revolução indesejada**: conflito distributivo e mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Campus, 1988, 79p.
- CARNEIRO, F.G. **Informalidade e terceirização: duas tendências opostas?** Fortaleza: UFCE-CAEN, 1993, 16p. (Texto para discussão, 117).
- CASIMIRO, L. M. C. de. **Acumulação capitalista, emprego e crise**: um estudo de caso. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- CAVALCANTI, C. **Viabilidade do setor informal**: a demanda de pequenos serviços no Grande Recife. Recife: IJNPS, 1978, 160p (Série Estudos e Pesquisas, 11).
- CAVALCANTI, C., DUARTE, R. **À procura de espaço na economia urbana**: o setor informal de Fortaleza. Recife: SUDENE/FUNDAJ, Brasília M.T., 1980a, 176p.
- CICASE. Secretaria da Industrial, Comercial, Agrícola e de Serviços. Salvador: CICASE, 1992.
- COUTROT, T.J.L. Sistema urbano de emprego e informalidade no Brasil. In: **Encontro Nacional de Economia**. Brasília. Anais... São Paulo: ANPEC, v. 3, p. 851-882, 1990.
- DEDECCA, C.S., BRANDÃO, S.M.C. Recessão, Emprego e Desemprego :as perspectivas em relação a este grave problema social. **Força do Trabalho e Emprego**, Salvador: CIT/CRT, v. 10, n.2/3, p. 11-21, 1993.
- DEDECCA, C.S. e MONTAGNER, F. **Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho: Considerações sobre o caso brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 1993. 30p. (Texto para Discussão, 29).

FAGUNDES, M.E.M. Referências Teóricas sobre a Informalidade: uma revisão de literatura. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador: CIT/CRT, v. 8, n.1/2, p. 15-18, 1991.

\_\_\_\_\_. **Informalidade na Região Metropolitana de Salvador**: um estudo exploratório. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 1992, 201p.

GALEAZZI, I.M.S. O trabalhador por conta própria na RMPA. **Indicadores econômicos FEE**, Análise Conjuntural, Porto Alegre, RS: FEE, v. 22, n. 2, p. 165-180, ago. 1994.

HOEL, P.G. **Estatística elementar**. São Paulo: Ed. Atlas, 1963.

HOFFMANN, R., VIEIRA, S. **Análise de regressão**: uma introdução à econometria. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1977. 379p.

IBGE. **Censo demográfico - Bahia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE. **Metodologia da pesquisa nacional de domicílios na década de 70**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. (Série Relatórios Metodológicos, v. 1)

IBGE. **Metodologia da pesquisa mensal de emprego - PME 1980**. Rio de Janeiro, 1983. (Série Relatórios Metodológicos, v. 2)

IBGE. **Censo agropecuário - Bahia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985a.

IBGE. **Censo econômico - Bahia**. n. 17. Rio de Janeiro: IBGE, 1985b.

IBGE. **Censo demográfico - Bahia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991, 600p.

IBGE. **Classificação nacional de atividades econômicas - CNAE**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IBGE. **Código brasileiro de ocupações - CBO**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

KAZMIER, L. J.. **Estatística aplicada à economia e administração**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982. 376 p. (Coleção Schaum).

KMENTA, J. **Elementos de econometria**. São Paulo: Atlas, 1978.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro: IPEA, v.10, n.1, p. 217-272, abr. 1980.

LOPES, V.C.R. **Diferenciações de rendimentos na região metropolitana de Salvador**: explorações com os dados da pesquisa de emprego e desemprego. (Dissertação de Mestrado em Economia) Salvador: UFBA, 1994, 239p.

MARSHALL, A. Empleo temporario u empleo incierto: dos caras del trabajo temporario en la Argentina. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v.31, n.122, p. 268-278, jul-set. 1991.

- MONZA, A. Algunas falácias difundidas en y la discursion sobre reestructuracion productiva y empleo. **Desarrollo econômico**, Buenos Aires, v. 32 n. 127, p. 439-50, out-dic. 1992.
- PERO, V., URANI, A. Os trabalhadores informais querem emprego com contrato formal de trabalho? **Arche'typom**, v. 2, n. 5, p. 61-84, 1994.
- PIRES, E.L.S. **Metamorfose e regulação: O mercado de trabalho no Brasil dos anos 80.**(Dissertação de Doutorado em Sociologia) São Paulo: USP, 1995, 201p.
- QUINTAR, A. Flexibilizacion laboral. Requerimiento de as nuevas tecnologias o fragmentacion del movimiento obrero? **Desarrollo econômico**. Buenos Aires, v. 30, n. 118, p. 222-235, jul-set. 1990.
- SALERNO, M.S. Trabalho e organização na empresa industrial integrada e flexível. In: FERRETTI, C. J. e outros (orgs). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 54-76, 1994.
- SEADE/SUDENE/DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Salvador**. Salvador, 1987.
- SEBRAE. **Feira de Santana - Perfil Empresarial**, Salvador, 1992, 50p.
- SERVIÇO DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES, FEIRA DE SANTANA **Projeto de triagem, atendimento, capacitação e integração de migrantes na comunidade, e de análise e estudo sobre o fenômeno migratório brasileiro notadamente nordestino**. Feira de Santana: Serv. Integ. Migrante, 1973, 81p.
- SIEGEL, S. **Estatística não-paramétrica**. Para as ciências do comportamento. São Paulo: Makron Books, 1975, 350 p.
- SOUZA, P.R. **Emprego, salário e pobreza**. São Paulo: Hucitec-Funcamp, 1980, 193p (Economia e planejamento: série teses e pesquisa).
- SPIEGEL, M.R. **Estatística**. 3ª ed. São Paulo: Makron Books, 1993, 639 p. (Coleção Schaum).
- SUDIC. Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial. **Perfil das indústrias de Feira de Santana**, Feira de Santana: CEPES-UEFS, 1993.
- WELMOWICKI, M., ALÉM, A. C. D., MOTTA M.F. dos S.R. A dualidade no mercado de trabalho: quantidade ou qualidade na geração de emprego. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro: BNDES, v.1, n.2, p. 99-114, dez, 1994.